

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO



IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



Ficha técnica

Redação, design, revisão e paginação: Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Data: julho de 2017



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 2 |
| 2. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EA DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA | 3 |
| 3. REPRESENTAÇÃO DA APA..... | 4 |
| 4. CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL | 6 |
| 5. COMUNICAÇÕES ORAIS | 9 |
| 6. REUNIÕES BILATERAIS | 11 |
| 7. DIVULGAÇÃO DO CONGRESSO..... | 12 |
| 8. RESULTADOS E AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA APA..... | 15 |

ANEXOS

- Programa do congresso
- Apresentações do curso de AIA
- Comunicações orais

1. INTRODUÇÃO

O I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Galiza ocorreu em 2007 em Santiago de Compostela, contando com 250 participantes, oriundos dos oito países de língua portuguesa e Galiza.

(A premência de tal iniciativa tem origem nos trabalhos do VI Congresso Ibero-americano de Educação ambiental, em 2007, onde se começou a reconhecer a necessidade da articulação permanente nesta área da lusofonia.)

O Brasil promoveu, em 2013, o II Congresso Lusófono de Educação Ambiental dos países de língua portuguesa e Galiza, em Cuiabá, Mato Grosso reunindo também grande número de especialistas, quer públicos, quer da sociedade civil.

Em 2015, Portugal recebeu o III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e das Comunidades de Língua Portuguesa na Torreira, Murtosa (Aveiro) entre 8 e 11 de julho. A Comissão Organizadora desta edição integrou representantes de três instituições: uma ONGA (ASPEA- Associação Portuguesa de Educação Ambiental), uma Universidade (Fábrica Centro Ciência Viva, Universidade de Aveiro) e uma autarquia (C.M. da Murtosa). A APA apoiou institucionalmente esta edição do congresso.

O DCOM esteve representado através do Diretor de Departamento, Francisco Teixeira, do signatário e dos técnicos Jorge Neves e Lurdes Soares. Foram apresentadas 3 comunicações com temas relacionados com as atribuições deste departamento, nomeadamente: Desafios da Educação Ambiental para a Sustentabilidade; Democracia Ambiental; Equipamentos de Educação Ambiental.

O DCOM assegurou ainda participação na Sessão de Encerramento em representação do CD da APA e uma moderação de mesa redonda.

No seu encerramento, por candidatura pública do país, foi anunciado que a edição de 2017 do congresso realizar-se-ia na ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, no mês de julho.

Em dezembro de 2016, a organização do IV Congresso Lusófono solicita à APA apoio nomeadamente através da participação de uma delegação de Portugal que desenvolva iniciativas no campo da Educação Ambiental.

A 6 de Janeiro de 2017 foi realizada uma reunião na Secretaria-Geral do MAMB na qual estavam presentes a Secretária-Geral, acompanhada de dois técnicos do GRI, representantes da ASPEA, representante da CPLP e o signatário enquanto Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental da APA. Nesta reunião, a Secretária-Geral assumiu o compromisso de apoiar o congresso através do fundo para a cooperação, nomeadamente para assegurar ações de formação a técnicos da CPLP integradas no programa do congresso.

2.IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EA DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O programa do IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa deu continuidade à metodologia dos congressos anteriores, contribuindo para a promoção e formulação de políticas públicas que ajudem ao fortalecimento da educação ambiental nos países Lusófonos e Galiza.

A estrutura do congresso foi idealizada com base nas sugestões e contributos resultantes do processo participativo na REDELUSO e desenvolveu-se em 8 eixos temáticos:

1. Identidade(s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental;
2. A Educação ambiental na resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais;
3. A Educação Ambiental nos equipamentos, interpretação e conservação
4. A Educação Ambiental no sistema educativo;
5. As fronteiras da Educação Ambiental: ética, inclusão, género, paz e justiça;
6. A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais;
7. A Educação Ambiental nos saberes tradicionais e manifestações culturais-artísticas;
8. A Educação Ambiental-Educomunicação nas redes sociais e tecnologias de informação.

Este fórum assumiu como objetivos específicos:

- Fortalecer processos conjuntos de investigação, formação e informação, no campo da Educação Ambiental, contribuindo para o debate sobre o futuro do planeta. Isto representa um convite aos participantes para articularem suas identidades perante os desafios da Educação Ambiental nos países Lusófonos e Galiza;
- Melhorar a produção científica em português, valorizando as iniciativas de revistas periódicas e outros meios de divulgação sobre Educação Ambiental;

- Promover a comunicação científica sobre a Educação Ambiental por meio da comunicação educativa, como os materiais pedagógicos e os diversos sistemas digitais, como blogs, sites, redes escolares e listas de discussão;
- Construir um processo de aprendizagens permanente que favoreça a identidade lusófona na estrutura filosófica de Educação Ambiental.

O evento decorreu sob o tema "A terra é uma Ilha" e Portugal participou com 54 delegados, seguido pelo Brasil, com 20, Guiné-Bissau, com 14, Angola, com seis, Galiza também com seis, Moçambique, com cinco, Cabo Verde, com quatro, Timor Leste, com três, o país anfitrião com 148 (São Tomé 52, Príncipe 96) e um delegado representante do México.

3. REPRESENTAÇÃO DA APA

Considerando que a APA tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- Propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente (...)
- Promover, numa lógica de parceria com diversos atores, a educação, formação e sensibilização para o Ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Apoiar a consagração de conteúdos de ambiente nos programas de todos os graus de ensino, colaborando com as entidades competentes na formação dos agentes educativos e na implementação daqueles mesmos programas.
- Exercer as funções de Autoridade Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas

E atendendo:

- À importância que este congresso possui para a promoção das políticas de educação ambiental e partilha de conhecimentos entre os diversos atores participantes;
- Ao facto de ser um congresso internacional, que integra representações dos países lusófonos e da Galiza, constituindo um fórum único nesta área;
- À circunstância deste congresso ser organizado pelo Governo da Ilha do Príncipe e aos princípios de cooperação internacional com os PALOP;

- Ao momento presente em que a Estratégia Nacional de Educação Ambiental foi recentemente aprovada;
- A ASPEA constituir uma ONGA, com efetivo e reconhecido trabalho na área da Educação Ambiental.
- Estar esta ONGA dotada de um professor destacado ao abrigo do protocolo de cooperação entre as tutelas do ambiente e da educação (prevê uma rede de docentes destacados em ONGA para a coordenação de projetos de EA).

A APA apoiou institucional e financeiramente o IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

A APA e a SGMAMB partilharam as despesas de deslocação e alojamento de dois técnicos superiores da Administração Pública por país dos PALOP e Timor Leste, através do montante que têm no fundo especial da CPLP.

Neste âmbito, foi integrado no congresso um curso de Avaliação de Impacte Ambiental dirigido a técnicos da Administração Pública dos PALOP e de Timor Leste, necessidade de formação que tem sido insistentemente diagnosticada e solicitada por estes países. Articulou-se desta forma, a oportunidade deste grupo adquirir competências quer em AIA, quer na promoção da Educação Ambiental através da participação neste Congresso.

Foram formadores da APA o signatário, Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental (Augusto Serrano), cuja divisão inclui as competências de Educação Ambiental e Participação Pública de AIA e a técnica superior Rita Fernandes do DAIA, departamento com responsabilidade na Avaliação de Impacte Ambiental e Pós-Avaliação.

4. CURSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

O curso de Avaliação de Impacte Ambiental, integrado no congresso, realizou-se nos dias 16 e 17 de julho.

Inicialmente inscritos 12 formandos (2 por cada país dos PALOP e 2 de Timor Leste), foram incluídos outros técnicos da administração pública de São Tomé e Príncipe e de Angola que demonstraram interesse em frequentar esta ação. O Presidente do Governo Regional do Príncipe integrou o grupo de formandos.

Foi disponibilizada uma pasta digital para o formando que para além das apresentações do curso e das comunicações orais apresentadas no congresso, incluía também diversos documentos técnicos e manuais de AIA assim como documentos de planeamento da APA e do MAMB. Incluiu-se também a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

Esta documentação foi distribuída a todos os formandos em suporte USB/ “pen drive”.

O curso foi ministrado de acordo com a seguinte planificação:

| Módulo | Objetivos | Conteúdos | Horas |
|---|---|---|-------|
| Módulo I Conceitos Base | Adquirir os conceitos gerais em AIA. Caracterizar Impactes Ambientais. | <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos gerais de Avaliação de Impacte Ambiental: <ul style="list-style-type: none"> – Como surgiu – Para que serve – Ideias chave – Definição – Objetivos – Vantagens deste instrumento de avaliação. • Conceitos fundamentais em AIA: <ul style="list-style-type: none"> – Princípios do Direito do Ambiente – Ambiente – Impacte ambiental – Estudo de Impacte Ambiental | 1,5h |
| Módulo II Estudo de Impacte Ambiental | Conhecer o EIA | <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura do EIA • Adequação do EIA à fase de projeto • Fatores Ambientais • Caracterização de Impactes Ambientais: <ul style="list-style-type: none"> – Impactes positivos – Impactes negativos – Dimensão temporal e espacial de impactes – Probabilidade de ocorrência – Incidência • Magnitude e significância | 2,5h |
| Módulo III Procedimento de AIA | Compreender o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental à luz da atual legislação (RJAIA). | <ul style="list-style-type: none"> • Regime jurídico – principais diplomas legais • Processo institucional de Avaliação de Impacte Ambiental <ul style="list-style-type: none"> – Enquadramento de projetos – Instrução – Comissão de Avaliação – RECAPE / Pós Avaliação – Declaração de Impacte Ambiental | 2h |

| | | | |
|--|---|---|--------------|
| Módulo IV Participação Pública em AIA | Compreender os objetivos da Participação Pública em AIA Conhecer as ferramentas de Participação Pública em AIA | <ul style="list-style-type: none"> • Processo de Participação pública em AIA <ul style="list-style-type: none"> – Importância da Participação Pública em AIA – Objetivos – Público Interessado – Publicitação – Relatório da Consulta Pública – Integração na decisão | 1h |
| Módulo V Exemplos práticos | Discutir impactes de projetos no ambiente | <ul style="list-style-type: none"> • Exemplos de projetos: <ul style="list-style-type: none"> – Turísticos – Rodoviários – Industrias – Energia | 2h30m |

Lista dos participantes:

- José Cassandra (Presidente do Governo Regional do Príncipe)
- Graça Viegas (São Tomé e Príncipe)
- Mirian Matias (São Tomé e Príncipe)
- Darnel Baia (São Tomé e Príncipe)
- Gelsa Vera Cruz (São Tomé e Príncipe)
- Osório Prazeres (São Tomé e Príncipe)
- César Cassule (Angola)
- Madalena Bumba (Angola)
- Karella Costa (Angola)
- Joana Bernardo (Angola)
- Tânia Cruz (Cabo Verde)
- Edwige Lima N'zale (Guiné Bissau)
- Mário Biague (Guiné Bissau)
- Rosália Pedro (Moçambique)
- Eliseu Chiandela (Moçambique)
- Catarina Sousa (Portugal)
- Peter Pitrez (Portugal)
- Elisa Luísa Pereira (Timor Leste)
- Lígia Purificação (Timor Leste)



A cerimónia de entrega dos certificados de participação na ação de formação foi efetuada após a sessão de apresentação pública do programa de formação de inspetores no âmbito do protocolo de cooperação entre a IGAMAOT de Portugal e a Direção-Geral de Ambiente de São Tomé e Príncipe.



5. COMUNICAÇÕES ORAIS

Foram apresentadas, pelo Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental 5 comunicações orais no Congresso, nomeadamente:

Eixo Temático 1

Identidade (s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental

1 - Estratégia Nacional de Educação Ambiental

A adoção de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental para o período 2017-2020, constitui um desafio de grande importância para Portugal.

Em Portugal, há nesta matéria, trabalho reconhecido que precisa de ser integrado e continuado. Temos, no entanto, que ir mais além, procurando a expansão de uma “cultura ambiental” – tornando-a um imperativo – e, fortalecendo a cooperação e parcerias entre mais e diferentes áreas de governação, entre a administração central, regional e a local, entre o domínio público e o setor privado, entre a investigação e a ação, entre o compromisso e a participação ativa.

Assim, a aposta numa Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 é uma garantia para projetar uma sociedade mais inovadora, inclusiva e empreendedora, estimulando o debate público sobre os valores associados ao Desenvolvimento Sustentável.

2 - Democracia Ambiental

A Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Convenção de Aarhus) foi adotada em 25 de Junho de 1998, na cidade dinamarquesa de Aarhus, durante a 4ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa".

É objetivo desta Convenção garantir os direitos dos cidadãos no que respeita ao acesso à informação, à participação do público e ao acesso à justiça em matéria de ambiente, sendo estes três aspetos considerados como os seus três pilares fundamentais.

É uma Convenção inovadora, uma vez que estabelece relações entre os direitos ambientais e os direitos humanos, assumindo que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido com o envolvimento de todos os cidadãos e dando relevo às interações que se devem estabelecer entre o público e as autoridades, aos mais diversos níveis, num contexto democrático.

Deste modo, a Convenção não constitui apenas um acordo internacional em matéria de ambiente, mas tem em conta também os princípios de responsabilização, transparência e credibilidade que se aplicam aos indivíduos e às instituições.

No ordenamento jurídico português constam diversos diplomas legais que, na generalidade, permitem pôr em prática os princípios orientadores desta Convenção: Constituição da República Portuguesa (CRP); Lei de Bases do Ambiente (LBA); Código do Procedimento Administrativo (CPA) e Lei que define o estatuto das ONGA.

De forma a garantir o exercício do direito de acesso à informação em matéria de ambiente, foi recentemente aprovada a Lei que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, a qual consolida, num ato legislativo único, dos regimes jurídicos de acesso à informação administrativa geral e de acesso à informação administrativa ambiental.

3 - Constituição e dinâmica de ONGA

As organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da promoção, proteção, sensibilização e valorização do ambiente, desenvolvendo ações de interesse público junto das suas comunidades.

O associativismo representa, em Portugal, um instrumento fundamental de participação das populações e de intervenção na sociedade.

Todas as organizações não-governamentais de ambiente constituídas legalmente podem solicitar a inscrição no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, gerido atualmente pela Agência Portuguesa do Ambiente, que instrui o processo e emite a decisão final.

Eixo Temático 8

A Educação Ambiental - Educomunicação nas redes sociais e tecnologias de informação

4 - Participa.pt

Conscientes da necessidade de alcançar um maior envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e, por conseguinte, na tomada de decisão relativa a questões que lhes digam respeito em matéria de ambiente, o Ministério do Ambiente disponibilizou o portal PARTICIPA.PT.

Trata-se duma iniciativa inovadora onde, pela primeira vez, são concentrados todos os processos de consulta pública a cargo deste Ministério, num único local de consulta.

PARTICIPA.PT é o portal oficial onde são disponibilizados os processos em consulta pública e que permitirá uma participação mais simples, mais ágil e mais eficiente.

5 - Portal do Estado do Ambiente

Com o objetivo de apoiar a compreensão e divulgação dos dados do Relatório do Estado do Ambiente, documento de referência nacional neste domínio, foi lançado, no dia 29 de dezembro de 2016, o Portal do Estado do Ambiente, projeto desenvolvido pela APA em articulação com outras entidades públicas.

Esta nova plataforma digital e interativa proporciona um acesso mais fácil, rápido e transparente aos dados mais recentes e tendências de evolução, ajudando a compreender a complexidade dos desafios ambientais que se colocam, de forma transversal, a decisores, organizações e cidadãos.



6. REUNIÕES BILATERAIS

Durante o Congresso os representantes da APA e da SGMAMB foram solicitados para diversas reuniões com representantes de outras delegações, especialmente de países dos PALOP.

Estas reuniões serviram essencialmente para esclarecimento de dúvidas relativas aos temas apresentados quer pela APA quer pela SGMAMB, mas também para abordar questões relativas a possíveis áreas de cooperação. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental portuguesa suscitou bastante interesse nesses contatos,

especialmente entre as delegações de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde. Sempre foi referido que qualquer cooperação institucional terá que ser enquadrada dentro dos protocolos existentes ou seguir os trâmites oficiais.

De salientar a reunião havida com o Presidente do Governo Regional do Príncipe, a seu pedido, com o signatário e um representante da SGMAMB (GRI), Peter Pitrez. Nessa reunião, o Presidente solicitou esclarecimentos particulares relativos a medidas de minimização de atividades de extração de inertes (pedreiras) e de estaleiros de obras. Questionou os procedimentos e as habituais medidas de prevenção de impactes definidas pela APA enquanto Autoridade Nacional de AIA, para esta tipologia de projetos.

Foi também referido nesta reunião, o projeto de realojamento de 150 famílias num outro local da Ilha, os seus previsíveis impactes ambientais e sociais e possíveis medidas de minimização a adotar.

Neste âmbito, e a convite do Presidente do Governo Regional do Príncipe, foram visitados quer uma antiga pedreira atualmente inativa quer um estaleiro em atividade (ainda que não tenhamos entrado neste). Também foi efetuada visita ao local previsto para a construção da nova “vila” de realojamento assim como a roça onde essas 150 famílias vivem atualmente.

7. DIVULGAÇÃO DO CONGRESSO

A comunicação social de São Tomé e Príncipe acompanhou intensamente as atividades do congresso com extensa presença nos blocos noticiários da televisão de São Tomé e Príncipe e através de debates televisivos relacionados com a temática do congresso. Foram também realizadas pequenas entrevistas televisivas e radiofónicas com diversos participantes, incluindo aos representantes da APA e da SGMAMB.

No congresso, por convite da organização, estiveram presentes alguns dos principais órgãos de comunicação social portugueses, nomeadamente jornalistas da RTP, Expresso e Público.

Em Portugal foram publicadas diversas reportagens com referência à presença e ao apoio da APA no congresso.

Também estiveram presentes jornalistas de outros países de língua oficial portuguesa.

Apresentam-se de seguida alguns exemplos de reportagens.



“Aqui o mundo vai ser sustentável”

Promover a educação ambiental a partir das comunidades locais é o princípio seguido na ilha do Príncipe

CARLA TOMÁS

Uma tartaruga de peluche, um homem, duas mulheres, um pequeno barcoalhado em madeira e uma história para contar. Duas mulheres, sacos com garrafas de plástico e a mensagem que o lixo não é para ser espalhado pelo chão. Quem as conta são um homem e três mulheres da comunidade piscatória do Abade, uma pequena aldeia de 376 habitantes a oeste da ilha do Príncipe — classificada como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO, em 2012. O lixo é para pôr nos contentores porque leva “muitos e muitos anos a desfazer”, sublinha Adilson Santos, 37 anos.

Em redor do cenário improvisado num palco feito de terra batida, aldeões e visitantes — que participam no IV Congresso Internacional de Educação Ambiental das Comunidades e Países de Língua Portuguesa (CPLP) — assistem ao espetáculo. No fim, artistas e comunidade gritam em coro: “Aqui o mundo vai ser sustentável”.

A mensagem é clara: “Marar a natureza, não deve”. É expressamente proibido matar ou capturar tartarugas para comer ou vender. Quem violar a lei, corre o risco de pagar uma multa de um milhão de dólares, o equivalente ao salário mínimo na ilha (cerca de 640) mas pode ir até dez vezes mais ou dar pena de prisão. Na Praia Grande, a norte do Abade, espécies de tartarugas como a Sida, Mão Branca e Ambulância fazem a desova entre setembro e fevereiro. “Em mil ovos só sobrevive uma ou duas tartarugas”, explica Huahon, guarda do parque natural do Obô. Filho de um antigo caçador de tartarugas e agora um dos que vigiam quem tenta violar a lei. Há um ano só havia 100 milhões de tartaruga e agora há 30 vezes mais.

Pensar que numa comunidade que não tem água potável ou sistema de tratamentos de esgotos a preocupação com a sustentabilidade é real, pode parecer estranho. Porém, nesta pequena ilha da costa de África, mostra-se genuína. A sul da ilha, na comunidade de Porto Real, um grupo de mulheres arranjam uma nova forma de sustentar as famílias. Anabela Pina, 42 anos, cinco filhos lidera o projeto. Inicialmente tinha pensado em fazer arcaia para a construção, já que a erosão costeira agravada pelas alterações climáticas proíbe que se retirem sedimentos das praias. Há dois meses começou a desenvolver dois projetos de reciclagem: um de transformação de garrafas de vidro em bijuteria para vender aos turistas, e outro de compostagem de resíduos orgânicos (casca de banana e capim) para transformar em composto que vendem como fertilizante para os produtores de café, cacau ou mandiocas ou para os jardins dos hotéis.

“Nem havia plástico”

“Neste momento tem mais procura do que oferta porque há problemas na recolha”, admite Estrela Matilde, que coordena a equipa da fundação Príncipe Trust — ligada ao maior empregador da ilha (a HEP) que promove turismo sustentável) e integra a equipa de gestão da Reserva da Biosfera. Segundo a



Anabela Pina transforma garrafas em bijuterias. Os antigos pescadores de tartarugas são agora os seus vigilantes

FOTOS CARLA TOMÁS



bióloga portuguesa, de 32 anos, “está tudo numa fase inicial, mas o objetivo da cooperativa é garantir sustento para estas 10 mulheres e respetivas famílias, ao mesmo tempo que se tratam dois tipos de resíduos”. Todos estes projetos “têm uma componente social e ambiental que associa a conservação da natureza e a proteção do ambiente à criação de emprego”, explica. É a economia circular e a economia solidária postas em prática. Mas a morte, na roça Sunde, Chico foi incentivado a criar uma cooperativa de apicultores, que conta com 28 pessoas. Agora, em vez de atarem fogo às colmeias para retirarem o mel, matando milhares de abelhas, aprenderam a ser verdadeiros apicultores

em plena floresta. A cooperativa está a começar, mas espera “conseguir gerar sete milhões de dólares (cerca de €300) e produzir 200 quilos de mel”. José Casanã, presidente do governo regional do Príncipe, e dirigente da comissão gestora da Reserva da Biosfera assume ser contra “a exploração desenfreada de recursos naturais” — referindo-se às tentativas de exploração de óleo de palma que poderia ser devastadora para a floresta local. A classificação como Reserva da Biosfera serviu de tralva às ameaças. Lembrando o tema do congresso — “A Terra é uma Ilha” — que juntos perto de 300 delegados de sete países do CPLP está semana no Príncipe, José Casanã sublinhou

a ideia que “nunca como hoje é tão importante esta ligação entre diferentes comunidades para tratar a exploração insustentável do planeta”. Um dos projetos ambientais com maior sucesso no Príncipe, que recebeu o prêmio Akoe em Forteventura, em 2016 (o único país africano a alcançar o galardão), permitiu recolher 650 mil garrafas de plástico, que de outra forma iriam parar a lixeiras ou ao oceano. “Há uma década nem havia lixo de plástico, pois não havia consumo”, lembra Estrela Matilde. Sob o lema “Vamos limpar a nossa ilha”, o trabalho de educação ambiental associada ao incentivo de dar uma garrafa de alumínio reutilizável por cada 30 de plástico recolhidas

chegou a permitir recolher 30 mil garrafas num só dia. “A ideia de proximidade e comunidade e de educação informal é muito importante”, sublinha Lúcia Schmidt, socióloga do ICS e uma das oradoras do congresso. “As áreas protegidas funcionam aqui como dinamizadoras de mudança de comportamentos, algo que não temos em Portugal, por exemplo”, acrescenta. A ideia é também desenvolvida por Rogério Amado, economista e professor no ISCTE: “Os projetos que visitámos estão relacionados com o que chamamos cooperação popular informal associada numa base de economia social recorrendo à entrega...”

comsegop@comsegop.pt

PRÍNCIPE

Superfície
É a segunda ilha do Arquipélago de São Tomé e Príncipe e nela vivem cerca de 7000 pessoas. Estende-se por 142 quilómetros quadrados e a sua origem vulcânica tem mais de 30 milhões de anos.

Reserva
Metade da ilha está integrada no parque natural. Foi classificada como Reserva Mundial da Biosfera em 2012.

Fauna e flora
Estão identificadas 800 espécies de plantas, 120 das quais endémicas, como a Rosa de Porcelana. E muitas espécies de aves, como o chocho, o tecelão do Príncipe ou o borbó.

Populção
10% da população têm acesso a água potável e não há estatísticas para o saneamento básico.

TRÊS PERGUNTAS A

Joaquim Ramos Pinto

Presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental

❑ O que se conseguiu ao fim de quatro dias de debate e apresentações de projetos locais?
❑ Que é importante haver uma linha estratégica comum entre estes países da CPLP. Apesar de realidades diferentes, há problemáticas comuns que afetam as pessoas à escala local e global. Também se discutiu a importância de continuarmos a abordar estes problemas entre organizações não governamentais do ambiente, governos, academia e entidades que se dedicam a estes temas em continuidade e não só em congressos binacionais.

❑ Como vê o papel das comunidades locais na aplicação direta dos princípios da educação ambiental?
❑ Nem países da CPLP dão-se muito valor ao papel que as comunidades locais têm na preservação dos ecossistemas. Aqui no Príncipe, as comunidades que visitámos foram preparadas para o trabalho que estão a fazer ao longo do último mês ano. É importante cruzar-se o conhecimento tradicional com o conhecimento científico.

❑ O problema das alterações climáticas afeta todos estes países e foi tema de várias das intervenções. O que se leva daqui?
❑ Levamos daqui um compromisso entre todos para incluir nas propostas de ação de cada país políticas, projetos de investigação e de cooperação relacionados com a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

8. RESULTADOS E AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA APA

A participação e o apoio da APA ao IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa foi unanimemente reconhecida, quer pelo Governo Regional do Príncipe e organização, quer pelos diversos delegados e participantes.

Esse reconhecimento enfatizou-se desde logo na sessão de abertura onde foi agradecido o apoio e a participação, mas especialmente na sessão de encerramento onde o Presidente do Governo Regional do Príncipe teceu largos elogios à participação da APA e ao curso de AIA ministrado, tendo mesmo chamado ao palco os representantes da APA para reconhecimento público.

A apresentação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental foi alvo de grande curiosidade e interesse, resultando em inúmeras solicitações do próprio documento assim como de manifestações de interesse de colaboração com a APA na elaboração de outras estratégias de EA de países dos PALOP.

De entre as outras comunicações apresentadas, as referentes ao portal Participa.pt e ao Portal do Estado do Ambiente mereceram bastante atenção e debate.

No âmbito da campanha de redução dos sacos de plástico iniciado pelo Governo do Príncipe, foram entregues cerca de 220 sacos de pano da APA, donativo significativo tendo em conta que a população da Ilha do Príncipe ronda os 5500 habitantes.

O desafio lançado pela organização de recolher material escolar para as escolas do Príncipe, foi abraçado pela APA e SGMAMB, tendo os representantes levado cada um uma mala de material.

O curso de AIA, inicialmente previsto para ser ministrado para apenas dois técnicos, por país, das administrações públicas de Portugal, PALOP e de Timor, acabou, pelo interesse demonstrado, por integrar outros técnicos destes países, sem condicionar o planeamento e metodologias previstos.

O interesse demonstrado pelos participantes no congresso, confirma que este tipo de ações são necessárias e devem incentivar a sua duplicação em futuras edições deste Congresso.

Aproveitar as sinergias do congresso e a pluralidade de participantes para a realização de cursos temáticos parece fazer sentido até para garante de otimização de recursos importante.

Durante a formação verificou-se enorme receptividade dos formandos às matérias ministradas, através de constantes colocações de dúvidas, apresentações de exemplos, troca de experiências e discussão de temáticas específicas.

Verificou-se um grande interesse na Pós-Avaliação de AIA e no conteúdo das Decisões e dos Pareceres das Comissões de Avaliação e nas formas de divulgação, dificuldades e oportunidades da Consulta Pública enquanto meio para a inclusão dos cidadãos na tomada de decisão.

A discussão relativa às tipologias de projetos abrangidos por este instrumento da política de Ambiente assim como ao acompanhamento pós-obra e monitorização foi bastante produtiva.

Resulta assim, uma clara necessidade de formação nesta área nestes países, devendo ser apostado futuramente em módulos de temáticas como: Pós-Avaliação de AIA, conteúdo das Decisões em AIA, Consulta Pública / Participação Pública.

A APA fez-se representar também sessão de apresentação pública do programa de formação de inspetores no âmbito do protocolo de cooperação entre a IGAMAOT de Portugal e a Direção-Geral de Ambiente de São Tomé e Príncipe, tendo sido realizada logo de seguida a cerimónia de entrega dos certificados de participação no curso de AIA.

De salientar a excelente colaboração dos representantes da APA e da SGMAMB que permitiu dar enorme visibilidade ao Ministério do Ambiente de Portugal neste congresso.

Augusto Serrano

Rita Fernandes

ANEXO I

Programa do Congresso



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

organização



PROGRAMA

**DOMINGO
16 JULHO**

ATIVIDADES PRÉ CONGRESSO

| | | | |
|------------------------|---|---|---|
| 06:30 12:30 | <p>TRILHO SANTA JOAQUINA</p> <p>Passagem pela antiga propriedade da Roça de Porto Real e Roça Esperança, através da zona tampão do Parque Natural, onde é possível observar a utilização dos recursos naturais pelas comunidades locais (carvão, agricultura). O Trilho entra depois na zona núcleo da área protegida, onde a floresta está mais próxima do seu estado natural.</p> <p>Oficina: Etnofarmacologia, medicina tradicional e uso sustentável de plantas medicinais em STP.</p> <p>Dinamizadores: Associação de Terapeutas Tradicionais da Região Autónoma da Ilha do Príncipe (ATTRAP); Maria do Céu Madureira (CFE-UC); Associação de Guias de Turismo da Ilha do Príncipe (AGTP)</p> <p>Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 4 Terapeutas Tradicionais da ATTRAP (2 por grupo) + 2 Guias da AGTP (1 por grupos)</p> <p>Preço: 10€/pax</p> | <p>TRILHO PICO PAPAGAIO</p> <p>O Pico Papagaio é o segundo maior Pico da Ilha, com cerca de 640 m de altitude. Apesar da sua imponência, a subida não é longa, e em 3h é possível estar no topo e ter uma vista 360° da Ilha. Ao longo do caminho passamos por vários miradouros das espetaculares praias da Ilha, e com sorte podemos observar o Tordo do Príncipe, uma das espécies endémicas mais ameaçadas.</p> <p>Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP)</p> <p>Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2</p> <p>Preço: 10€/pax</p> | <p>TRILHO CASCATA OQUÊPIPI</p> <p>A Cascata OquêPipi é uma das maiores da Ilha do Príncipe, e de maior beleza. Iremos entrar dentro da Zona do Parque Natural, atravessar pontes antigas e subir por áreas de floresta secundária e plantações de bambu, até chegar à piscina da cascata, onde é possível tomar banho de água bem fresca.</p> <p>Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP)</p> <p>Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2</p> <p>Preço: 10€/pax</p> |
| 07:00 09:30 | <p>TRILHO BOM BOM</p> <p>Este percurso é circular e permite a passagem por vários pontos de observação de baleias e outros mamíferos marinhos. Neste trilho é também possível observar várias espécies de aves endémicas, e curiosos exemplares de oás-gêmeas. Pode levar fato de banho. Tempo livre no Bom Bom com possibilidade de snorking.</p> <p>Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP)</p> <p>Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2</p> <p>Preço: 8€/pax</p> | <p>TRILHO RIBEIRA IZÉ</p> <p>O trilho inicia-se dentro da propriedade do Hotel BomBom e leva-nos até à Praia da Ribeira Izé, onde nos espera uma fantástica ruína de uma igreja que se acredita ter mais de 400 anos, mesmo na praia. É possível observar diversas espécies de fauna endémica da Ilha do Príncipe. Pode levar fato de banho.</p> <p>Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP)</p> <p>Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2</p> <p>Preço: 8€/pax</p> | <p>PERCURSO DE BARCO ZONA NORTE</p> <p>Saída do Hotel Bom Bom ou do Porto com visita à costa norte passando pelas três praias mais conhecidas na ilha (praia Banana, praia Macaco e praia Boi). A navegação é feita na zona mais abrigada da ilha. Haverá tempo para se parar e dar um mergulho em cada praia.</p> <p>Dinamizador: Hotel Bom Bom</p> <p>Máx: 8 pax Guias: 1</p> <p>Preço: 30€/pax</p> |
| 09:00 18:00 | <p>FUNCIONAMENTO DO SECRETARIADO ACREDITAÇÃO</p> <p>Local: Sede do Parque Natural Obô</p> | | |
| 09:00 12:00 | <p>MINICURSO 1 SESSÃO 1</p> <p>AValiação DE IMPACTE AMBIENTAL</p> <p>Local: Escola do Padrão Sala 1</p> <p>Destinatários: Representantes de organismos governamentais para a Avaliação de Impacte Ambiental.</p> <p>Formadores: Augusto Serrano e Rita Fernandes (Agência Portuguesa do Ambiente)</p> <p>Breve descrição: Adquirir os conceitos gerais em AIA. Caracterizar Impactes Ambientais. Compreender o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental à luz da atual legislação (RJAIA). Compreender os objetivos da Participação Pública em AIA. Conhecer as ferramentas de Participação Pública em AIA.</p> | | |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

DOMINGO 16 JULHO | ATIVIDADES PRÉ CONGRESSO

| | | | |
|--------------|--|---|--|
| 10:00 | TRILHO PRAIA GRANDE | TRILHO DAS ABELHAS | |
| 12:30 | Ponto de encontro: Banco da Má Língua | Má Língua (junto à igreja matriz) | |
| | A praia Grande é a mais importante de desova das tartarugas verdes. Visita ao centro de interpretação das tartarugas marinhas. Alguns ninhos simulados irão dar uma boa ideia do trabalho, por não haver tartarugas marinhas a nidificar nesta época. No final pode desfrutar da praia, apreciar as aves e a lagoa. Degustação de produtos terra-mar. Dinamizador: Fundação Príncipe Trust Máx: 12 pax (1 grupo de 12) Guias: Guardas Marinhas 2 Preço: 15€/pax | Saída da Roça Sundy, com passeio pela floresta secundária até à OqueDaniel conhecendo as várias árvores que as abelhas utilizam, chegando depois à sede da Cooperativa onde aprenderão o processo de produção do mel e poderão degustar mel feito na Ilha do Príncipe. Dinamizador: Cooperativa dos Apicultores da Região Autónoma do Príncipe Máx: 15 pax (1 grupo de 15) Guias: 1 Preço: 10€/pax | |
| 10:00 | TRILHO BOM BOM | TRILHO RIBEIRA IZÉ | PERCURSO DE BARCO ZONA NORTE |
| 12:30 | Ponto de encontro: Banco da Má Língua | (junto à igreja matriz) | Ponto de Encontro: Porto Stº António |
| | Este percurso é circular e permite a passagem por vários pontos de observação de baleias e outros mamíferos marinhos. Neste trilho é também possível observar várias espécies de aves endémicas, e curiosos exemplares de ocás-gêmeas. Pode levar fato de banho. Tempo livre no Bom Bom com possibilidade de snorking. Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP) Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2 Preço: 30€/pax | O trilho inicia-se dentro da propriedade do Hotel BomBom e leva-nos até à Praia da Ribeira Izé, onde nos espera uma fantástica ruína de uma igreja que se acredita ter mais de 400 anos, mesmo na praia. É possível observar diversas espécies de fauna endémica da Ilha do Príncipe. Pode levar fato de banho. Dinamizador: Associação de Guias do Príncipe (AGTP) Máx: 16 pax (2 grupos de 8) Guias: 2 Preço: 8€/pax | Saída do Hotel Bom Bom ou do Porto com visita à costa norte passando pelas três praias mais conhecidas na ilha (praia Banana, praia Macaco e praia Boi). A navegação é feita na zona mais abrigada da ilha. Haverá tempo para se parar e dar um mergulho em cada praia. Dinamizador: Hotel Bom Bom Máx: 8 pax Guias: 1 Preço: 30€/pax |
| 14:00 | MINICURSO 1 SESSÃO 2 | | |
| 17:00 | AValiaÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL | | |
| | Local: Escola do Padrão Sala 1 Destinatários: Representantes de organismos governamentais para a Avaliação de Impacte Ambiental. Breve descrição: Adquirir os conceitos gerais em AIA. Caracterizar Impactes Ambientais. Compreender o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental à luz da atual legislação (RJAIA). Compreender os objetivos da Participação Pública em AIA. Conhecer as ferramentas de Participação Pública em AIA. Formadores: Augusto Serrano e Rita Fernandes (Agência Portuguesa do Ambiente) | | |
| 14:00 | MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO «A TERRA AOS OLHOS DE UMA CRIANÇA» ESPAÇO ONGS | | |
| 17:00 | Local: Centro Cultural do Príncipe | | |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

DOMINGO 16 JULHO | ATIVIDADES PRÉ CONGRESSO

| | | |
|-------|--|--|
| 14:00 | TRILHO PRAIA GRANDE | TRILHO DAS ABELHAS |
| 16:30 | Ponto de encontro: Bancos da Mãe Língua (junto à igreja matriz) | |
| | A praia Grande é a mais importante de desova das tartarugas verdes. Visita ao centro de interpretação das tartarugas marinhas. Alguns ninhos simulados irão dar uma boa ideia do trabalho, por não haver tartarugas marinhas a nidificar nesta época. No final pode desfrutar da praia, apreciar as aves e a lagoa. Lanche Dinamizador: Fundação Príncipe Trust Máx: 12 pax (1 grupo de 12) Guias: Guardas Marinhas 2 Preço: 15€/pax | Saída da Roça Sundry, com passeio pela floresta secundária até à Oque Daniel conhecendo as várias árvores que as abelhas utilizam, chegando depois à sede da Cooperativa onde aprenderão o processo de produção do mel e poderão degustar mel feito na Ilha do Príncipe. Dinamizador/a: Cooperativa dos Apicultores da Região Autónoma do Príncipe - COOPAPIP Máx: 15 pax (1 grupo de 15) Guias: 1 Preço: 10€/pax |
| 18:30 | CINEMA AMBIENTAL AO AR LIVRE – EXTENSÃO CINE ECO | |
| 20:00 | Local: Centro Cultural do Príncipe Apresentação e debate sobre as curtas-metragens apresentadas | |
| 20:00 | ANIMAÇÃO CULTURAL | |
| 21:30 | Local: Centro Cultural Atuação: Tchabeta Cotchi Midjo (batoqueiras: tradicional - original de Cabo Verde) | |
| 20:00 | ABERTURA DA EXPOSIÇÃO «A TERRA AOS OLHOS DE UMA CRIANÇA» ESPAÇO ONGs | |
| 21:30 | Local: Centro Cultural do Príncipe | |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**SEGUNDA
17 JULHO**

1º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|---|
| 07:30 | RECEÇÃO AOS PARTICIPANTES NO CENTRO DE FORMAÇÃO PROTÁSIO PINA |
| 08:00 | Atuação de decha infantil (dança típica do Príncipe) |
| 08:00 | SESSÃO DE ABERTURA |
| 09:00 | <p>Local: Centro de Formação Protásio Pina</p> <p>Hino do Congresso entoado por grupo de crianças do ensino básico</p> <p>Atuação do Músico Chico Paraíso (música tema)</p> <p>Evaristo Carvalho Presidente da República de São Tomé e Príncipe</p> <p>José Cassandra Presidente do Governo Regional do Príncipe</p> <p>Olinto Daio Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação</p> <p>Maria Fernanda Rollo Secretária de Estado da Ciência e Ensino Superior de Portugal</p> <p>Zahira Virani Coordenadora das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe</p> <p>Aires Bruzaca Reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe</p> <p>Joaquim Ramos Pinto Presidente da ASPEA / REDELUSO</p> <p>Plácida Lopes Reserva da Biosfera do Príncipe e Coordenadora da Comissão Organizadora</p> |
| 09:00 | CONFERÊNCIA DE ABERTURA |
| 10:00 | <p>Local: Centro de Formação Protásio Pina</p> <p>A Terra é uma ilha: Educação Ambiental ou Barbárie</p> <p>Orador: Pablo Ángel Meira Cartea Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)</p> <p>Moderadora: Plácida Lopes Reserva da Biosfera do Príncipe e Coordenadora da Comissão Organizadora</p> |
| 10:00 | Pausa |
| 10:30 | PAINEL BIODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| 12:00 | <p>Local: Centro de Formação Protásio Pina</p> <p>Moderadora: Renata Rozendo Maranhão Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Brasil)</p> <p>Alfredo Simão da Silva IBAP (Guiné-Bissau) BIODIVERSIDADE COMO SUPORTE DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ-BISSAU</p> <p>Helena Freitas Cátedra Unesco da Universidade de Coimbra - Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra (Portugal) O PAPEL DA CÁTEDRA UNESCO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO FOMENTO DE REDES DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO ENTRE PARCEIROS DA CPLP, NOS DOMÍNIOS DA BIODIVERSIDADE, ECOLOGIA E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS</p> <p>Carlos Vales Centro de Extensão Universitária e Divulgação Ambiental - CEIDA (Galiza) REDE PARDELA - PARCERIAS PARA A AÇÃO</p> <p>António de Abreu Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe (São Tomé e Príncipe) BIODIVERSIDADE MARINHA – A ILHA QUE TAMBÉM É MAR</p> <p>Clara Justino Secretariado Executivo da CPLP CPLP POR UM MAR LIMPO - MOBILIZAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO DA PARCERIA OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LIXO MARINHO</p> |
| 12:00 | Auto de Floripes (Grupo Folclórico Infantil do Príncipe - S. Lourenço) |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**SEGUNDA
17 JULHO** | 1º DIA DO CONGRESSO

| | |
|----------------|---|
| 12:30 14:00 | ALMOÇO NAS COMUNIDADES E RESTAURANTES LOCAIS |
| 14:00 17:30 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE SUNDY 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Sundry » Campo Político e Apresentação do projeto "Trilho da Ciência" por Diangel Costa (Escola Secundária do Príncipe) |
| 14:00 17:30 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PORTO REAL 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Valorização de resíduos para bijuteria" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa) 16:45 - Apresentação do projeto "Valorização de resíduos para composto" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa) |
| 14:00 17:30 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PICÃO / ROÇA PACIÊNCIA 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Artesanato em cestaria da Roça Paciência" por Neila Fernandes (Presidente da cooperativa) |
| 14:00 17:30 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE TERREIRO VELHO 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de produção e transformação de farinha de mandioca, por Pedro Andreza dos Reis (presidente da cooperativa) e confeção de biscoitos por pessoas da comunidade 16:30 - Apresentação do Projeto de produção e transformação de pimenta, por Helena Costa (presidente da cooperativa) |
| 14:00 17:30 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PRAIA ABADE 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de teatro comunitário por grupo local |
| 14:00 15:30 | OFICINA 1: «REDE SOCIAL DE PIVOTS OCEANS-ON» Local: Escola Secundária do Padrão sala 2 Dinamizadora: Carla Gomes (Oceans-on) Breve descrição: A Oficina Pivots Oceans'on® tem como objetivos inspirar o outro a cuidar do Oceano e a acreditar que os sonhos são possíveis. Os métodos ativos são privilegiados durante toda a oficina, sendo construídos novos elementos de amplificação da mensagem no âmbito da Literacia do Oceano e da relação afetiva dos Pivots com o Oceano. |
| 16:00 17:30 | OFICINA 2: «PEGADAS - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS» Local: Escola Secundária do Padrão sala 2 Dinamizadora: Patrícia Ferreira (C.M. Guimarães) Breve descrição: Atividades práticas que pretendem demonstrar a variedade de atividades que poderão ser desenvolvidas juntos dos alunos, mas também dos mais velhos, para sublinhar a importância de alteração de alguns dos nossos comportamentos. |



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**SEGUNDA
17 JULHO**

1º DIA DO CONGRESSO

| | |
|-------|---|
| 14:00 | MINICURSO 1 SESSÃO 3 - AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL |
| 17:30 | Local: Escola do Padrão Sala 1 Destinatários: Representantes de organismos governamentais para a Avaliação de Impacte Ambiental. Formadores: Augusto Serrano e Rita Fernandes (Agência Portuguesa do Ambiente) Breve descrição: Adquirir os conceitos gerais em AIA. Caracterizar Impactes Ambientais. Compreender o Processo de Avaliação de Impacte Ambiental à luz da atual legislação (RJAIA). Compreender os objetivos da Participação Pública em AIA. Conhecer as ferramentas de Participação Pública em AIA. |
| 14:00 | MESA REDONDA 1 - ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO |
| 15:30 | Local: Escola do Padrão Sala 3 Destinatários: Técnicos e gestores em programas em áreas de conservação Dinamizadores: Marcos Sorrentino; M ^{te} Henriqueta Raymundo; Carlos Vales Breve descrição: A composição proposta para esta mesa é com os representantes do Brasil que aqui se apresentam como proponentes e também, representantes dos 8 países de língua portuguesa e a comunidade galega. O objetivo desta mesa, é socializar, dialogar e incrementar as estratégias de Educação Ambiental em Unidades de Conservação que vem sendo utilizadas e/ou construídas nos países de Língua Portuguesa |
| 16:00 | MESA REDONDA 2 - CONFLITOS TERRITORIAIS: UM ESTUDO DE CASO VOLTADO À COMPREENSÃO DOS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA |
| 17:30 | Local: Escola Secundária do Padrão sala 3 Dinamizadores: Marcos Sorrentino; João Dagoberto dos Santos Breve descrição: Os desafios da promoção do diálogo no enfrentamento de históricos conflitos sócio-territoriais por meio de uma reforma agrária agroecológica e popular podem ser compartilhados entre movimentos sociais do campo, empresas do agronegócio, universidades e outros atores sociais. Relacionar o estudo de caso com a busca de políticas territoriais adequadas para a proteção ambiental e para a melhoria das condições sociais de toda a humanidade, torna-se o sentido maior da presente proposta de mesa redonda |
| 19:30 | FEIRA DE TROCA DE SABORES, ARTE E CULTURA LUSÓFONAS |
| 21:30 | Local: Espaço Cola Só Partilha e exposição de gastronomia e produtos regionais trazidos pelos participantes |
| 19:30 | ANIMAÇÃO CULTURAL |
| 21:30 | Local: Espaço Cola Só Atuação: Decha Modeno (dança típica do Príncipe) |
| 19:30 | EXPOSIÇÃO «A TERRA AOS OLHOS DE UMA CRIANÇA» ESPAÇO ONGs |
| 21:30 | Local: Centro Cultural do Príncipe Atuação: Decha Adulto (dança típica do Príncipe) |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17. 18. 19. 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA PROVISÓRIO

**TERÇA
18 JULHO**

2º DIA DO CONGRESSO

Local: Centro de Formação Protásio Pina

| | |
|--------------|--|
| 08:30 | PAINEL «5 MINUTOS A COMUNICAR» EIXOS 1-2-3-5 |
| 09:15 | <p>Moderador: Olegário Tiny Universidade Lusíada e Instituto Universitário de Ciências de Administração e Informática</p> <p>Eixo1</p> <p>Silvana Vitorassi ITAIPU Binacional Educação Ambiental e Políticas de Responsabilidade Ambiental das Empresas</p> <p>Eixo2</p> <p>Joaquim Ramos Pinto ASPEA eduCO2cean - modelo pedagógico Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS), a partir de uma abordagem científica sobre mitigação e adaptação às alterações climáticas nos oceanos.</p> <p>Eixo3</p> <p>Plácida Lopes Reserva da Biosfera do Príncipe Hora da Biosfera: um projeto de rádio e educação ambiental</p> <p>Luís Pires Tribunal de Bragança Perceção da população rural do concelho de Bragança face à atuação do SEPNA no âmbito da EA</p> <p>Ana Laranja Faculdade de Ciências da Faculdade do Porto Mitos, estórias e ciência: divulgar para desmistificar</p> <p>Eixo5</p> <p>Júlio Assis Corrêa Pinheiro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Ouvidoria Ambiental – eu sou um eco cidadão</p> |
| 09:15 | PAINEL «5 MINUTOS A COMUNICAR» EIXOS 4-6-7-8 |
| 10:00 | <p>Moderadora: Maria Vaz Escola Secundária do Príncipe</p> <p>Eixo4</p> <p>Carla Gomes Oceans-on Oceans-on: uma nova metodologia na educação marinha</p> <p>Carla Ferreira ASPEA A Educação Ambiental em Escolas do Município de Viseu</p> <p>André Freitas Escola Portuguesa de STP C.R.I.A. Sustentabilidade</p> <p>Eixo6</p> <p>Lívia Vieira CEIFACOOP Economia Solidária e Educação Ambiental em STP</p> <p>Meyer António Direção de Florestas de STP Promoção da sustentabilidade da extração de madeira em São Tomé</p> <p>Eixo7</p> <p>Telma Fontes C.M. Leiria Do alfomfariz à tela: uma oficina pedagógica experimental da expressão criativa</p> <p>Eixo8</p> <p>Laura Gonzalez ASPEA Agência Jovem de Notícias</p> |



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**TERÇA
18 JULHO**

2º DIA DO CONGRESSO

| | |
|----------------|---|
| 10:00 10:30 | Pausa |
| 10:30 12:00 | <p>PAINEL COMUNIDADES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>Moderador: Peter Pitrez Secretaria Geral do Ministério do Ambiente (Portugal)</p> <p>José Manuel Alho INATEL (Portugal) FUNDAÇÃO INATEL: DO COMPROMISSO SOCIAL À VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</p> <p>Mami Estrela Atelier Mar / Universidade de Cabo Verde (Cabo Verde) CULTURA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO</p> <p>Elisa Luísa Santa Pereira Departamento MEAs e Ponto Focal da CPLP Ambiente (Timor-Leste) IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA VERDE EM TIMOR-LESTE</p> <p>Fernando Saldanha REDELUSO-GB / IMP (Guiné-Bissau) VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS</p> <p>Manuel Mutimucuo Direção de Desenvolvimento Humano do Parque Nacional da Gorongosa (Moçambique) EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</p> |
| 12:30 14:00 | ALMOÇO NAS COMUNIDADES E RESTAURANTES LOCAIS |
| 14:00 17:30 | <p>VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE SUNDY</p> <p>14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Sundry » Campo Político e Apresentação do projeto "Trilho da Ciência" por Diangel Costa (Escola Secundária do Príncipe)</p> |
| 14:00 17:30 | <p>VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PORTO REAL</p> <p>14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Valorização de resíduos para bijuteria" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa) 16:45 - Apresentação do projeto "Valorização de resíduos para composto" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa)</p> |
| 14:00 17:30 | <p>VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PICÃO / ROÇA PACIÊNCIA</p> <p>14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Artesanato em cestaria da Roça Paciência" por Neila Fernandes (Presidente da Cooperativa)</p> |
| 14:00 17:30 | <p>VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE TERREIRO VELHO</p> <p>14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de produção e transformação de farinha de mandioca, por Pedro Andreza dos Reis (presidente da cooperativa) e confeção de biscoitos por pessoas da comunidade. 16:30 - Apresentação do Projeto de produção e transformação de pimenta, por Helena Costa (presidente da cooperativa)</p> |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**TERÇA
18 JULHO**

2º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|---|
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PRAIA ABADE |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de teatro comunitário por grupo local 16:30 - Oficina «Arte e Ambiente: oficina de teatro de formas animadas» Dulce Ferreira (ASPEA) |
| 14:00 | OFICINA 3 «COR DE TERRA» |
| 15:30 | Local: Escola Secundária do Padrão sala 1 Dinamizadora: Wellington Dias (Universidade Federal de Minas Gerais) Breve descrição: A proposta dessa oficina será oferecer uma experimentação, ecologicamente correta, de produção de tinta à base de solos. A proposta contemplará a apresentação de uma forma simples e economicamente viável de produção da tinta ecológica, visando a possibilidade dos participantes utilizarem essa técnica para intervenções em espaços como moradias, escolas ou centros comunitários. |
| 14:00 | OFICINA 4 «LIXO MARINHO – SOLUÇÕES LOCAIS PARA UM PROBLEMA GLOBAL» |
| 17:30 | Local: Escola Secundária do Padrão sala 2 Dinamizadora: Paula Sobral (Associação Portuguesa de Lixo Marinho) Breve descrição: Contextualização do problema e impactes do lixo marinho, apresentação de metodologias para caracterização e monitorização incluindo ação coletiva de recolha de lixo marinho na praia, separação e origem provável dos objetos encontrados, possíveis medidas para sua prevenção e redução. |
| 14:00 | MESA REDONDA 3 - «MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – PROPOSTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CPLP» |
| 17:30 | Local: Escola do Padrão Sala 3 Destinatários: Investigadores, técnicos e políticos responsáveis por políticas públicas de Ambiente e Educação Ambiental Dinamizadores: Marcos Sorrentino Pablo Meira Luísa Schmidt Breve descrição: Analisar políticas públicas exige-se conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos, estabelecendo o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse diversos e poder público. Neste sentido, a presente proposta visa a realização de uma Mesa Redonda mediada pela ANPPEA/Brasil, tendo como composição representantes do Brasil que aqui se apresentam como proponentes e também, representantes dos 8 países de língua portuguesa e a comunidade galega, que serão convidados para serem os debatedores da proposta. |
| 15:00 | CERIMÓNIA DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MARÍTIMA PARA 120 PESCADORES DA REGIÃO |
| 16:30 | Local: Largo da Capitania Dinamizador: Arlindo de Carvalho (DGA - STP) |



IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

TERÇA
18 JULHO

2º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|---|
| 18:30 | APRESENTAÇÃO DE LIVROS E REVISTAS |
| 20:00 | Local: Centro Cultural do Príncipe A Ilha Levezinha Estrela Matilde Manual de gestão de áreas protegidas para os países lusófonos Carlos Vales (Galiza) Bichos da Ilha Carla Gomes (Portugal) Penas, Graciosa e Farol Sofia Quaresma (PT) Todos somos rio, vento, flor Olinda Beja |
| 18:30 | CINEMA AMBIENTAL AO AR LIVRE – EXTENSÃO CINE ECO |
| 20:00 | Local: Centro Cultural do Príncipe Apresentação e debate sobre as curtas-metragens apresentadas |
| 18:30 | EXPOSIÇÃO «A TERRA AOS OLHOS DE UMA CRIANÇA» ESPAÇO ONGs |
| 21:30 | Local: Centro Cultural do Príncipe |
| 19:30 | ANIMAÇÃO CULTURAL |
| 21:30 | Local: Praça Marcelo da Veiga Atuação: Bulauê Diamante Negro (canto e dança tradicional de STP) |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17. 18. 19. 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**QUARTA
19 JULHO**

3º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|--|
| 08:30 | PAINEL POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| 10:00 | <p>Local: Centro de Formação Protásio Pina</p> <p>Moderadora: Luísa Shmidt ICS - Universidade de Lisboa (Portugal)</p> <p>Adriana Mendonça Diretora Nacional de Educação (Cabo Verde) O ESPAÇO DO AMBIENTE NO NOVO PROJETO EDUCATIVO DO GOVERNO DE CABO VERDE: DESAFIOS E PERSPETIVAS</p> <p>Renata Rozendo Maranhão Diretora do Departamento de Educação Ambiental/Ministério do Meio Ambiente (Brasil) ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</p> <p>Arlindo de Carvalho Diretor-Geral do Ambiente (São Tomé e Príncipe) POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</p> <p>Eulália Alexandre Subdiretora da Direção-Geral de Educação (Portugal) REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO</p> <p>Humberta Paixão Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais (Angola) EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL EM ANGOLA</p> |
| 10:00 | 10:30 Pausa |
| 10:30 | CONFERÊNCIA |
| 12:00 | <p>Local: Centro de Formação Protásio Pina</p> <p>A dimensão política, social e educativa das alterações climáticas em São Tomé e Príncipe, no contexto dos pequenos Estados Insulares em desenvolvimento (PEID / SIDS) Orador: Adérito Santana Instituto Nacional de Meteorologia (São Tomé e Príncipe)</p> <p>Vulnerabilidade e risco em comunidades afetadas por alterações climáticas Orador: Edgar Gonzalez-Gaudiano Universidade Veracruzana (México)</p> <p>Moderadora: Marília Andrade Torales Universidade Federal do Paraná (Brasil)</p> |
| 12:30 | 14:00 ALMOÇO NAS COMUNIDADES E RESTAURANTES LOCAIS |



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**QUARTA
19 JULHO**

3º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|---|
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE SUNDY |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Sundry » Campo Político e Apresentação do projeto "Trilho da Ciência" por Diangel Costa (Escola Secundária do Príncipe) |
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PORTO REAL |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Valorização de resíduos para bijuteria" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa) 16:45 - Apresentação do projeto "Valorização de resíduos para composto" por Anabela Pina (Presidente da Cooperativa) |
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PICÃO / ROÇA PACIÊNCIA |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina "Artesanato em cestaria da Roça Paciência" por Neila Fernandes (Presidente da Cooperativa) |
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE TERREIRO VELHO |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de produção e transformação de farinha de mandioca, por Pedro Andreza dos Reis (Presidente da Cooperativa) e confeção de biscoitos por pessoas da comunidade 16:30 - Apresentação do Projeto de produção e transformação de pimenta, por Helena Costa (presidente da cooperativa) |
| 14:00 | VISITAS A PROJETOS LOCAIS E INICIATIVAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA COMUNIDADE PRAIA ABADE |
| 17:30 | 14:00 - Apresentação da comunidade 15:00 - Oficina de teatro comunitário por grupo local 16:30 - Oficina «Gestão Participativa através do teatro do oprimido nas comunidades» Bruno de Brito Souza (Área de Proteção Ambiental do Cairuço) * |
| 14:00 | MINICURSO 2 INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO |
| 17:30 | Local: Escola do Padrão Sala 1 Formadora: Araceli Serantes Pazos (Universidade da Corunha) Breve descrição: A Interpretação do Património é uma estratégia de comunicação estratégica que combina as aportações de outras disciplinas como a psicologia, a educação, o jornalismo, o marketing... O objetivo é chegar ao intelecto e ao coração das pessoas para que sejam capazes de contribuir na conservação e melhorar o património natural e cultural, material e imaterial |
| 14:00 | MINICURSO 3 ENSINO EXPERIMENTAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO AMBIENTAL DE STP |
| 17:30 | Local: Escola do Padrão Sala 2 Destinatários: Professores e técnicos de Educação Ambiental de São Tomé e Príncipe Formadores: Olga Santos (ESECS-IPL); Mário Oliveira (ESECS-IPL) Breve descrição: Os participantes deste minicurso refletirão sobre alguns dos principais problemas ambientais da atualidade, à escala global em geral, e no contexto de São Tomé e Príncipe em particular, bem como sobre a importância de que se reveste o ensino experimental enquanto processo promotor de aprendizagens e facilitador da interpretação de fenómenos naturais e riscos ambientais. Os participantes desenvolverão um conjunto de atividades experimentais passíveis de ser realizadas em contexto escolar |



**IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental**
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA

**QUARTA
19 JULHO**

3º DIA DO CONGRESSO

| | |
|--------------|---|
| 14:00 | MESA REDONDA 4 - REDE LIXO MARINHO NA CPLP |
| 17:30 | Local: Escola do Padrão Sala 3 Destinatários: Representantes de organizações públicas e privadas que atuam nas políticas de ambiente ligado aos oceanos e ao lixo marinho. Dinamizadoras: Paula Sobral e Sofia Quaresma (Associação Portuguesa de Lixo Marinho) Breve descrição: Painel para partilha e debate sobre estratégias para implementação da parceria com os diversos sectores da sociedade e de boas práticas na área de gestão de resíduos em particular plásticos, com o objetivo de corresponsabilização para a prevenção e redução do lixo marinho nos países lusófonos |
| 15:00 | SESSÃO DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INSPETORES E ASSINATURA DO PROTOCOLO ENTRE DGA - STP E IGAMAOT - PT |
| 16:30 | Local: Auditório do BISTP Dinamizadores: Nuno Banza (IGAMAOT - PT) e Arlindo de Carvalho (DGA - STP) |
| 18:30 | CINEMA AMBIENTAL AO AR LIVRE |
| 20:00 | Local: Centro Cultural do Príncipe Apresentação do filme: "O Testamento do Senhor Napumoceno" Debate com o realizador: Francisco Manso |
| 20:00 | ANIMAÇÃO CULTURAL |
| 21:30 | Local: Centro Cultural do Príncipe Atuação: Desfile de moda africana e exposição de artesanato |
| 20:00 | EXPOSIÇÃO «A TERRA AOS OLHOS DE UMA CRIANÇA» ESPAÇO ONGs |
| 21:30 | Local: Centro Cultural do Príncipe |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17, 18, 19, 20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa



PROGRAMA PROVISÓRIO

QUINTA
20 JULHO

4º DIA DO CONGRESSO

Local: Centro de Formação Protásio Pina

| | |
|----------------|---|
| 08:30 10:00 | COMUNICAÇÕES ORAIS ATIVIDADES PARALELAS POR EIXOS TEMÁTICOS |
| | <u>Eixo1: Identidade(s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental</u> |
| | <u>Eixo2: A Educação ambiental na resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais</u> |
| | <u>Eixo3: A Educação Ambiental nos equipamentos, interpretação e conservação</u> |
| | <u>Eixo4: A Educação Ambiental no sistema educativo</u> |
| | <u>Eixo6: A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais</u> |
| | <u>Eixo8: A Educação Ambiental-Educomunicação nas redes sociais e tecnologias de informação</u> |
| 10:00 10:30 | Pausa |
| 10:30 12:00 | COMUNICAÇÕES ORAIS ATIVIDADES PARALELAS POR EIXOS TEMÁTICOS |
| | <u>Eixo1: Identidade(s) do campo e políticas públicas em Educação Ambiental</u> |
| | <u>Eixo2: A Educação ambiental na resposta às alterações climáticas e aos riscos e desastres ambientais</u> |
| | <u>Eixo3: A Educação Ambiental nos equipamentos, interpretação e conservação</u> |
| | <u>Eixo4: A Educação Ambiental no sistema educativo</u> |
| | <u>Eixo5: As fronteiras da Educação Ambiental: ética, inclusão, género, paz e justiça</u> |
| | <u>Eixo6: A Educação Ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais</u> |
| | <u>Eixo7: A Educação Ambiental nos saberes tradicionais e manifestações culturais-artísticas</u> |
| 12:00 14:00 | ALMOÇO NOS RESTAURANTES LOCAIS |



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

organização



QUINTA
20 JULHO

4º DIA DO CONGRESSO

| | |
|-------|---|
| 14:00 | PAINEL DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL |
| 15:30 | Moderadora: Aidil Borges Célula de Execução de Projetos (Cabo Verde) Ernestina Menezes Instituto Nacional para a Promoção e Equidade de Género (São Tomé e Príncipe) DIREITO DE IGUALDADE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL Lucia Iglésias da Cunha Universidade de Santiago de Compostela (Galiza) IGUALDADE DE GÉNERO E COMPROMISSO COM O AMBIENTE Marcos Sorrentino Laboratório de Educação e Política Ambiental Oca da Universidade de São Paulo, Campus da ESALQ (Brasil) DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: PÓS CONFLITO OU CONFLITO PERMANENTE? Joana Bernardo Associação das Mulheres Ambientalistas Rurais (Angola) A EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO DA MULHER RURAL EM ANGOLA Rosália Pedro Direção Nacional do Ambiente, Departamento de Educação Ambiental / Repartição de Género e Ambiente (Moçambique) GÉNERO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BOAS PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PACA" (PLANOS DE AÇÃO COMUNITÁRIOS DE ADAPTAÇÃO) |
| 15:30 | Pausa |
| 16:00 | CONFERÊNCIA |
| 17:30 | Ambiente, economia e desenvolvimento local no empoderamento da mulher rural Oradora: Saquina Mucavele MuGeDe - Mulher, Género e Desenvolvimento (Moçambique) Economia social comunitária e responsabilidade ambiental Orador: Rogério Roque Amaro ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) Moderadora: Ester Costa Alegre OIKOS (São Tomé e Príncipe) |
| 17:30 | PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO PROPOSTAS PARA A AÇÃO |
| 18:00 | Representantes de entidades com protocolos de cooperação Coordenadores da Comissão Científica |
| 18:00 | SESSÃO DE ENCERRAMENTO APRESENTAÇÃO DO PRÓXIMO CONGRESSO |
| 19:00 | Declamação de Poema e Hino do Congresso entoado por grupo de crianças do ensino básico José Cassandra Presidente do Governo Regional do Príncipe Representante Secretariado Executivo da CPLP Carlos Vila Nova Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe Jorge de Carvalho Federação das ONGs Joaquim Ramos Pinto Presidente da ASPEA / REDELUSO Plácida Lopes Reserva da Biosfera do Príncipe e Coordenadora da Comissão Organizadora Anfitrião do V Congresso de Educação Ambiental da CPLP |
| 19:30 | JANTAR SOCIAL NA CASA OFICIAL DO GOVERNO REGIONAL DO PRÍNCIPE |
| 21:00 | Animação pelos músicos: Chico Paraíso e Ângelo Mendes |
| 21:00 | ANIMAÇÃO CULTURAL |
| 22:00 | Local: Padrão Atuação: Puíta (dança original de Angola) |
| 23:00 | Discoteca Fantasma |

www.ealusofono.org
www.facebook.com/ealusofono
ealusofono2017@ealusofono.org

A TERRA É UMA ILHA
A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades
e como contributo para viver nos seus limites

17-18-19-20 de julho de 2017
Região Autónoma do Príncipe



Comunicações Orais
Eixo Temático 1:
Identidade(s) do Campo e Políticas Públicas em Educação Ambiental

20 julho . Sala 1 . 08h30 - 10h00

| Moderador: Marcos Sorrentino (Oca/ESALQ/USP) | | |
|--|---------------------------|--|
| Título | Nome(s) Autores | Instituição |
| Projeto Alimentar Mais Desperdiçando Menos: Instigando um olhar sensível do jovem educando para a mitigação do desperdício de alimentos (a) | Marcelo Zaro | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte |
| Constituição e Dinâmica de ONGA | Augusto Serrano | Agência Portuguesa de Ambiente |
| Educação Ambiental: um instrumento à transição para a sustentabilidade na Bacia Hidrográfica do rio Ijuí. | Francesca Werner Ferreira | Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural-AIPAN e Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul-UNIJUI |
| A identidade local pode ser motor de comportamentos de conservação? Implicações para a educação ambiental | Maria Luísa Lima | ISCTE-IUL |
| Educação ambiental na Guiné Bissau: identidades do campo e políticas públicas | Fernando Saldanha | Instituto Marítimo e Portuário GB |
| Estratégia Nacional da Educação Ambiental | Augusto Serrano | Agência Portuguesa de Ambiente |
| Formação de Formadores em Educação Ambiental e Política Pública brasileira: Potência de Agir ou Força de Existir estimulada pelo Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA) | Alessandra Costa-Pinto | Universidade Federal do Sul da Bahia |



Comunicações Orais
Eixo Temático 1:
Identidade(s) do Campo e Políticas Públicas em Educação Ambiental

20 julho . Sala 1 . 10h30 - 12h00

Moderadora: Vívian Battani | ANPPEA – Articulação Nacional de Políticas Públicas do Brasil (MMA,Oca/ESALQ/USP, FunBEA/INPE)

| Título | Nome(s) Autores | Instituição |
|---|--|---|
| Gestão sustentável dos Resíduos Sólidos Urbanos em São Tomé e Príncipe: contributos da Educação Ambiental | Gelsa Vera Cruz | Departamento de Estudos e Avaliação do Impacte Ambiental STP |
| Proteger o Ambiente e melhorar o rendimento | Lígia Purificação dos Santos | Ministério do Ambiente de Timor-Leste |
| Políticas Nacionais de Educação Ambiental em Moçambique | Eliseu Chiandela | Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural |
| Educação Ambiental na Guiné-Bissau: políticas, programas e atores | Edwige Lima N´zalé | Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| Políticas de Educação Ambiental no Ensino em SãoTomé e Príncipe | Sulisa Quaresma Jaqueline Magalhães | Instituto Superior de Educação e Comunicação Direção-Geral do Ambiente |
| Plano estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Guimarães – “Guimarães mais Verde” | Patrícia Ferreira | Câmara Municipal de Guimarães |
| Democracia Ambiental | Augusto Serrano | Agência Portuguesa de Ambiente |



IV Congresso Internacional
de Educação Ambiental
dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa




Comunicações Orais
Eixo Temático 8: A Educação Ambiental-Educomunicação nas redes sociais e
tecnologias de informação

20 julho . Sala 7 . 08h30 - 10h00

| Moderadora: Maximino Carlos RDP África | | |
|--|------------------------|--|
| Título | Nome(s) Autores | Instituição |
| Portal do Estado do Ambiente | Augusto Serrano | Agência Portuguesa de Ambiente |
| Rede CPLP, Ambiente e Território | Peter Pitrez | Ministério do Ambiente - Portugal |
| Papel dos Órgãos da Comunicação Social na protecção do Ambiente | Fátima Tchumá | Radio Nacional |
| Diagnóstico fotográfico como resposta Às fragilidades do manguezal localizado em uma comunidade da Baía de Todos os Santos, Bahia, Brazil. | Márcia Nascimento | UCSAL- Universidade Católica do Salvador |
| PARTICIPA.PT | Augusto Serrano | Agência Portuguesa de Ambiente |

ANEXO II

Apresentações do minicurso de AIA




**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Participação Pública em AIA

Augusta Semano
Chefe de Divisão de Cidadania Ambiental

Participação Pública

A participação e a informação em matéria de ambiente são condições inerentes à promoção do direito do ambiente, tal como reconhecido pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus da qual Portugal é signatário.



Consulta Pública

O que é a Consulta Pública

Procedimento compreendido no âmbito da participação pública e regulado nos termos do Regime Jurídico de AIA que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre cada projeto sujeito a AIA.

Para que serve?

Permitir que o público interessado possa exprimir as suas opiniões livremente, para que as autoridades as considerem na tomada de decisão.

Quem é responsável pela Consulta Pública

Compete à Autoridade de AIA promover a consulta pública, elaborar o respetivo relatório e decidir, em função da natureza e complexidade do projeto, dos seus impactos ambientais previsíveis, ou do grau de confidencialidade potencial da sua execução, a forma de concretização adequada da consulta pública que permita uma efetiva auscultação do público interessado.

Consulta Pública - Importância

- Melhor conhecimento da realidade local, em termos ambientais, económicos e sociais;
- Melhor comparação de alternativas;
- Redução da resistência à mudança e de possíveis conflitos;
- Meio de obter consensualidade social, benéfico à compatibilização entre a defesa do ambiente e o desenvolvimento económico e social;
- Estimulo ao envolvimento local em iniciativas e projetos que dependem de uma reação positiva da população;
- Associação do público ao processo de decisão, responsabilizando indivíduos, grupos sociais e organizações.

Consulta Pública – Procedimento

**Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Artigo 12.º, Ponto 5 e Ponto 6**

Estabelece que a PDA pode ser objeto de consulta pública, por iniciativa do proponente ou mediante decisão da AIA, a qual decorre por um período de 15 dias.

No ponto 6 é estabelecido um prazo de 5 dias subsequentes à Consulta Pública para a AIA apresentar à CA o Relatório de Consulta Pública (RCP).

Consulta Pública – Procedimento

**Procedimento de Avaliação
Artigo 15.º**

Prazo de 20 dias para consulta pública que, no caso de projetos sujeitos a licenciamento industrial, é reduzido para 15 dias.

Prazo de 5 dias, após declarada a conformidade do EIA, para a AIA promover, a publicitação e divulgação do procedimento de AIA, nos termos dos artigos 28.º e 29.º.

Prazo de 7 dias após a conclusão do período de consulta pública, a autoridade de AIA envia à CA o RCP.

Consulta Pública – Procedimento

Procedimento de Avaliação
Artigo 16.º, ponto 5: Alteração de Projeto

"A natureza ou conteúdo dos elementos podem dar lugar a nova recolha de pareceres, a nova profundidade da CA bem como à **repetição de formalidades essenciais, nomeadamente da consulta pública, reduzindo-se o prazo desta última para 10 dias.**"

Consulta Pública – Procedimento


Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução - RECAPE
Artigo 20.º

A AIA promove a consulta pública por um período de 15 dias (ponto 5)
No prazo de sete dias após o termo do período da consulta pública, a AIA elabora e disponibiliza o relatório da consulta pública. (ponto 6)

Consulta Pública – Procedimento

1.ª Fase – Publicitação do procedimento de AIA

- Afixação de Anúncios nas CCDR, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT.
- Envio de ofício circular às ONGA constantes no RNQE.
- Envio de ofício circular a um conjunto de entidades.



Consulta Pública – Procedimento

2.ª Fase – Período da Consulta Pública

- EIA disponível para Consulta
- Reuniões Técnicas com as Autarquias da área de localização do projeto
- Balções de Atendimento Personalizado
- Outros eventos (Sessões de Esclarecimento, Exposições...)
- Interessados emitem pareceres sobre o projeto em avaliação



Consulta Pública – Procedimento


3.ª Fase – Relatório da Consulta Pública

- Análise das exposições recebidas
- Elaboração do RCP
- Entrega do RCP à Comissão de Avaliação
- Apreciação e repostas no parecer da Comissão de Avaliação



Consulta Pública – Como Participar

Após consultar a informação disponível nos locais indicados, os interessados poderão emitir as suas opiniões, sugestões ou reclamações por escrito e dirigidas à Autoridade competente. Apenas poderão ser contempladas as exposições que se relacionem com o objeto em avaliação.



Participação Pública – Portal PARTICIPA.PT

PORTICIPA

O Participa tem por objetivos:

- Facilitar o acesso dos cidadãos e interessados nos processos de consulta;
- Incentivar a participação informada;
- Melhorar a eficiência na gestão dos processos.



Participação Pública – Portal PARTICIPA.PT

PORTICIPA

Portal de fácil utilização e desenhado para uma navegação rápida

Cursos mais recentes



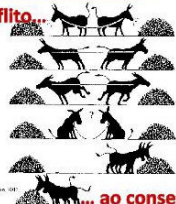
Participação Pública - Importância

Resumindo:


- Tem um papel essencial no compromisso dos cidadãos nas decisões, tornando-as mais robustas e menos contestadas;
- Permite integrar os "excluídos" nos processos de decisão;
- Integra e articula vários tipos de conhecimentos (técnicos, locais, regionais, setoriais, etc);
- Permite ajustes aos projetos/planos desde fases iniciais;
- Melhora a qualidade/eficiência dos processos de decisão – contribui para soluções mais fundamentadas melhorando a aceitação das mesmas, facilitando a sua implementação.

Participação Pública – do Conflito ao Consenso

Do conflito



... ao consenso



Participação Pública – do Conflito ao Consenso - Exemplo



Participação Pública – do Conflito ao Consenso - Exemplo



24/07/2017





**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Avaliação de Impacte Ambiental
Módulo I: Conceitos Base

Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação


IV Congresso Internacional de Educação Ambiental
Iha do Príncipe, Julho de 2017



Temas a abordar

- 1. Aspectos gerais de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**
 - ❖ A Criação da AIA, Principais Funções e Ideias-Chave
 - ❖ Definição
 - ❖ Objetivos
 - ❖ Vantagens deste instrumento de avaliação
- 2. Conceitos fundamentais em AIA**
 - ❖ Ambiente
 - ❖ Princípios do Direito do Ambiente
 - ❖ Conceitos do Procedimento de AIA

Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo I: Conceitos Base
Brisetas, Junho de 2017



A Criação da Avaliação de Impacte Ambiental, Principais Funções e Ideias-Chave

- ❖ Instrumento legal – legislação própria e procedimentos definidos
- ❖ Prévio ao licenciamento – permite a integração da componente ambiental na tomada de decisão
- ❖ Análise global e integrada de várias matérias - conceito alargado de "ambiente"
- ❖ Participação pública – entidades, público em geral

Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo I: Conceitos Base
Brisetas, Junho de 2017



Definição de Avaliação de Impacte Ambiental

Impacte Ambiental: conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas no ambiente, sobre determinados fatores, num determinado período de tempo e numa determinada área, resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar

Avaliação de Impacte Ambiental (AIA): processo de identificação, previsão, avaliação e mitigação dos impactos relevantes (biofísicos, sociais e outros) decorrentes de uma dada proposta de desenvolvimento (projeto)


Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo I: Conceitos Base
Brisetas, Junho de 2017



Objetivos da Avaliação de Impacte Ambiental

- ❖ Ser um instrumento de carácter preventivo, participativo e apoiado em estudos especializados
- ❖ Auxiliar, de forma integrada, os possíveis impactos ambientais significativos, diretos e indiretos, decorrentes, da execução dos projetos e das alternativas apresentadas, tendo em vista suportar a decisão sobre a viabilidade e ambiental dos mesmos
- ❖ Definir medidas destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactos, auxiliando a adoção de decisões ambientalmente sustentáveis
- ❖ Instituir um processo de verificação, a posteriori, da eficácia das medidas adotadas, designadamente, através da monitorização dos efeitos dos projetos avaliados
- ❖ Garantir a participação pública e a consulta dos interessados na formação de decisões que lhes digam respeito, privilegiando o diálogo e o consenso no desempenho da função administrativa


Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo I: Conceitos Base
Brisetas, Junho de 2017



Vantagens da Avaliação de Impacte Ambiental

- ❖ Instrumento eficaz para a ponderação dos aspectos ambientais no processo de tomada de decisão
- ❖ Importante contributo para a melhoria dos processos de planeamento e licenciamento
- ❖ Maior sensibilização ambiental por parte dos promotores dos projetos, da sociedade civil e de outras entidades
- ❖ Pálio privilegiado para a participação pública, envolvimento e coresponsabilização dos cidadãos no processo de tomada de decisão, promovendo uma cidadania participativa

Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo I: Conceitos Base
Brisetas, Junho de 2017



Ambiente

- ❖ No âmbito da AIA este termo não abrange apenas os efeitos no ambiente biofísico
- ❖ Inclui efeitos ao nível económico, social, cultural e político.



Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017

Princípios do Direito do Ambiente

Os Princípios do Direito do Ambiente estão todos expressos ou implicitamente consagrados na lei e relacionam-se muito de perto na aplicação dos mesmos.


- ❖ **Princípio da Prevenção** - *Mais vale prevenir do que remediar* - evitar a produção de um dano ambiental antes deste ter ocorrido
- ❖ **Princípio da Correção na Fonte** - pesquisar as causas da poluição e eliminá-la/moderá-la, evitando a repetição
- ❖ **Princípio do Poluidor Pagador (PPP)** - *Có se fazem, có se pagam* - os danos ambientais devem ser suportados pelos poluidores
- ❖ **Princípio da Precaução** - *Mais vale um pássaro na mão que dois a voar* - Na dúvida sobre a perigosidade para o Ambiente, decide-se a favor do Ambiente
- ❖ **Princípio da Integração** - a proteção do Ambiente deve ser uma preocupação subjacente a todas as atividades - transversalidade da Política de Ambiente
- ❖ **Princípio da Participação** - confere aos cidadãos o direito de intervir nas decisões que afetam o ambiente
- ❖ **Princípio da Cooperação Internacional** - *A união faz a força* - o ambiente é um bem de todos e a poluição é um fenómeno transnacional - Protocolo de Quioto

Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017

Conceitos do Procedimento de AIA

Estudo de Impacte Ambiental (EIA): documento elaborado pelo proponente no âmbito do procedimento de AIA, que contém uma descrição sumária do projeto, a identificação e avaliação dos impactos previsíveis, positivos e negativos, que a realização do projeto pode ter no ambiente, a avaliação previsível da situação de facto sem a realização do projeto, as medidas de gestão ambiental destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos esperados e um resumo não técnico destas informações

Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE): documento elaborado pelo proponente no âmbito da verificação da conformidade do projeto de execução com a DIA, que contém a descrição do ponto de execução, a avaliação do cumprimento dos critérios estabelecidos pela DIA emitida em fase de anteprojecto/estudo prévio, a caracterização pormenorizada dos impactos ambientais considerados relevantes no âmbito do projeto de execução, a identificação e caracterização detalhada das medidas destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos esperados a adotar nas fases de construção, exploração e desativação, incluindo a descrição da forma de concretização das mesmas, e a apresentação dos programas de monitorização a implementar





Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017

Conceitos do Procedimento de AIA

Definição do Âmbito do EIA: fase preliminar e facultativa do procedimento de AIA, na qual se identifica, analisa e seleciona as vertentes ambientais significativas que podem ser afetadas por um determinado projeto e sobre as quais o EIA deve incidir

Participação Pública: formalidade essencial do procedimento de AIA que assegura a intervenção do público interessado no processo de decisão e que inclui a consulta pública

Consulta Pública: forma de participação pública destinada à recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre cada projeto sujeito a AIA






Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017

Conceitos do Procedimento de AIA

Declaração de Impacte Ambiental (DIA): decisão, expressa ou tácita, sobre a viabilidade ambiental de um projeto, em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projeto de execução

Decisão de Verificação de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE): decisão, expressa ou tácita, sobre a conformidade ambiental do projeto de execução com a DIA emitida em fase de estudo prévio ou anteprojecto



Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017

Conceitos do Procedimento de AIA

Pós-Avaliação: procedimento desenvolvido após a DIA/DCAPE, que visa avaliar a eficácia das medidas fixadas para evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos e potenciar os efeitos positivos, se necessário, nas fases de construção, exploração e desativação, definindo, se necessário, a adoção de novas medidas

Monitorização: processo de observação e recolha sistemática de dados sobre o estado do ambiente e/ou sobre os efeitos ambientais de determinado projeto e descrição periódica desses efeitos por meio de relatórios com o objetivo de permitir a avaliação da eficácia das medidas previstas na DIA/DCAPE para evitar, minimizar ou compensar os impactos ambientais significativos decorrentes da execução do respetivo projeto

Auditoria: avaliação, a posteriori, dos impactos ambientais do projeto, tendo por referência normas de qualidade ambiental, bem como as previsões, medidas de gestão e recomendações resultantes do procedimento de AIA

Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo 1 - Conceitos Básicos
Revisão: Junho de 2017



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Avaliação de Impacte Ambiental
Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental

Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação


IV Congresso Internacional de Educação Ambiental
Iha do Príncipe, Julho de 2017



Temas a abordar

1. Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental (EIA)
2. Adequação à Fase do Projeto
3. Fatores Ambientais
4. Caracterização dos Impactes Ambientais
5. Medidas de Minimização e Compensação

Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Estudo de Impacte Ambiental

❖ Documento elaborado pelo proponente (consultores)




Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental

- ❖ **Introdução** - identificação do projeto, fase, proponente, licenciador e responsável pelo EIA, metodologia e estrutura do EIA
- ❖ **Descrição sumária do projeto** – objetivo e justificação do projeto; antecedentes; conformidade com instrumentos de gestão territorial;
- ❖ **Caraterização da situação de referência** e da sua evolução previsível sem o projeto
- ❖ **Identificação e avaliação dos impactes** prováveis, positivos e negativos, que o projeto pode ter no ambiente
- ❖ **Medidas de gestão ambiental** para evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos
- ❖ **Representação Cartográfica**
- ❖ **Resumo Não Técnico**


Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Adequação à Fase do Projeto

- ❖ **Estudo Prévio/Anteprojeito ou Projeto de Execução**
- ❖ **Projetos Lineares e Localizados**
- ❖ **Localização** – alternativas em estudo prévio/anteprojeito, definida em projeto de execução
- ❖ **Detalhe dos estudos de referência** – maior detalhe e área de estudo mais restrita em projeto de execução
- ❖ **Escala da Cartografia** – maior pormenor em projeto de execução
- ❖ **Impactes ambientais** – mais específicos e detalhados em projeto de execução
- ❖ **Condicionamentos** – grandes condicionamentos em estudo prévio/anteprojeito, planta de condicionamentos detalhada em projeto de execução
- ❖ **Medidas de Minimização ou Compensação** – mais específicas e desenvolvidas em projeto de execução
- ❖ **Condição** – escolha do local e das condições para o projeto de execução, em estudo prévio/anteprojeito, condições de construção e exploração em projeto de execução


Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017




Fatores Ambientais

- ❖ **Identificação dos Fatores Ambientais** suscetíveis de serem afetados pelo projeto
- ❖ **Caraterização da Situação de Referência, Evolução Sem o Projeto, Identificação de Impactes Ambientais e Proposta de Medidas de Minimização/Compensação Específicas**
- ❖ **Área de Estudo** – área de implantação do projeto + área suscetível de ser afetada pelo projeto; variação da dimensão consoante os fatores ambientais e sua caracterização
- ❖ **Identificação dos valores/parâmetros essenciais** para cada Fator Ambiental
- ❖ **Descrição textual e apoio cartográfico, fotográfico e esquemático**
- ❖ **Identificação dos Fatores Ambientais** relevantes para tomada de decisão

Avaliação de Impacte Ambiental – Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Fatores Ambientais



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Caraterísticas climáticas típicas – temperatura, humidade, vento
- Utilização de dados de bases ambientais (estações meteorológicas próximas) e dados do ambiente
- Fornecer dados para análise de outros fatores (ruído, qualidade do ar, rios)



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Caraterização geológica, fisiográfica e litológica somática
- Identificação de recursos geológicos existentes e eventuais locais de exploração existentes ou previstos (preenchidos)
- Existência de monumento geológico ou Geoparque
- Identificação de Locais de Interesse Geológico (ex: afloramentos rochosos)
- Preservação geológica em zonas calcárias



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Identificação e caracterização dos cursos de água e estações de água superficiais e subterráneas
- Caraterização hidrogeológica, mais detalhada em zonas calcárias
- Caraterização qualidade da água (estações existentes)
- Hidroclimaticamente e evolução sedimentar – caraterização da costa, agricultura, topografia, sedimentos



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Caraterização sumária (dados) unidades pedológicas e da capacidade de uso dos solos existentes
- Identificação de eventuais zonas com elevada capacidade de uso (Reserva Agrícola Nacional)



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais


- Enquadramento biogeográfico e fitosociológico
- Inventário das espécies florísticas, incluindo as espécies florísticas RECAPE (Raras, Endémicas, localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) e as espécies legalmente protegidas (anexas II, B, IV ou B, V do DL n.º 49/2005), e o enquadramento das mesmas para espécies a nível nacional, regional e local
- Identificação e quantificação das áreas de ocupação dos biótopos e habitats naturais com estatuto de proteção legal (anexo B do DL 45/2005), analisando a existência de habitats prioritários
- Metodologias específicas para habitats e espécies de flora de elevado valor



Análise de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Identificação das espécies, turísticas que ocorrem no sítio, com o respetivo estatuto de conservação (RN, EN, VU e DD, com estatuto de proteção (Anexo A, B, C ou D do DL 44/2002) e, no caso das aves, SPCC 1 e 2 (de acordo com BirdLife International)
- Identificação das espécies mais sensíveis à fragmentação do projeto em análise, indicando a utilização que fazem da área de estudo e a sua importância para as populações a nível local, regional e nacional.
- Índices de avaliação biológica (casos pontuais)
- Metodologias específicas para as espécies de fauna com estatuto de ameaça e proteção suscetíveis de serem afetadas (obo, aves, réptis, mamíferos)



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais


- Caraterização da qualidade do ar (estações existentes)
- Identificação de fontes de emissão (postos/indústrias)
- Crucetamento com dados climáticos



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais


- Caraterização acústica local
- Identificação dos potenciais reatores sensíveis na envolvente e respetiva distância ao projeto
- Realização de medições de ruído (Aeq) nos potenciais reatores sensíveis identificados, durante os períodos de referência estabelecidos (DL n.º 9/2007, de 27 de Janeiro)
- Caraterização das fontes de ruído existentes e das condições atmosféricas mais frequentes (dirigentemente do vento)



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Definição das áreas de incidência direta imposta do projeto
- Realização de pesquisa bibliográfica e documental
- Análise topográfica e fisiográfica da cartografia do projeto
- Recrutamento no terreno dos dados previamente recolhidos
- Proposição sistemática da área potencial para a implantação do projeto
- Avaliação das ocorrências arqueológicas identificadas (determinação da sua importância científica e patrimonial) e ficha de caracterização



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Fatores Ambientais

- Determinação de um buffer em torno do projeto
- Identificação e caracterização das unidades e subunidades de paisagem
- Classificação da capacidade de absorção visual, da qualidade visual e da sensibilidade paisagística
- Identificação dos potenciais pontos de observação do projeto



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017


Fatores Ambientais

- Caraterização socioeconómica a nível do concelho e freguesia
- Caraterização das acessibilidades existentes à área potencial para implantação do projeto
- Caraterização das atividades económicas, turísticas e de lazer
- Identificação de aglomerados populacionais



Avaliação de Impacto Ambiental - Método II: Estudo de Impacto Ambiental
Revisão: Junho de 2017


Fatores Ambientais



- Identificação e caracterização sumária da ocupação do solo
- Indicação da percentagem de cada classe de ocupação do solo na área potencial para a instalação do projeto

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017


Fatores Ambientais



- Identificação dos Planos de Ordenamento do Território em vigor
- Identificação das classes de espaço de uso e das condicionantes de finanças nos Planos de Ordenamento do Território
- Análise, com base no respetivo Regulamento, de cada classe de espaço de uso identificada e do regime jurídico de cada condicionante
- Identificação de outras condicionantes, servidas ou restrições de utilidade pública

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017


Fatores Ambientais



- Existência de instalações com substâncias perigosas
- Riscos potenciais dos locais (mineração, sísmica)

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017

Fatores Ambientais



- Identificação dos resíduos produzidos pelo projeto
- Identificação locais de tratamento/eliminação dos resíduos

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

Os Impactes Ambientais podem, desde logo, ser divididos em duas categorias:

- Impactes Positivos:** conjunto de alterações favoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais resultantes da realização de um projeto
- Impactes Negativos:** conjunto de alterações desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais resultantes da realização de um projeto

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

Podem também ser caracterizados segundo duas dimensões:

- Temporal:** Temporários/Permanentes; Curto/Médio/Longo Prazo; Reversíveis/Irreversíveis; Construção/Exploração/Desativação
- Espacial:** Local, Regional, Nacional, Internacional e Global

Análise de Impacte Ambiental - Módulo II: Estudo de Impacte Ambiental
 Setembro - Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

Quanto à sua incidência:

- ◊ Diretos
- ◊ Indiretos

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

Probabilidade de ocorrência:

- ◊ Certos
- ◊ Prováveis
- ◊ Improváveis
- ◊ Probabilidade de ocorrência desconhecida

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

- ◊ **Magnitude:** diferença de nível de qualidade ambiental ou de estado de um recurso prevista para o futuro entre as situações com e sem projeto
- ◊ **Significância:** importância atribuída a uma alteração do estado do Ambiente

| Magnitude | Significância |
|------------|------------------------|
| ➢ Elevada | ➢ Muito Significativos |
| ➢ Média | ➢ Significativos |
| ➢ Reduzida | ➢ Pouco Significativos |

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

Afetação de Valores Naturais

Afetação de Valores Patrimoniais, Económicos e Sociais

Afetação da Qualidade Ambiental

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Caraterização dos Impactes Ambientais

- ◊ **Impactes Residuais:** impactes não mitigáveis mesmo após aplicação de medidas
- ◊ **Impactes Cumulativos:** impactes de outros projetos (passados, existentes, razoavelmente previsíveis no futuro), independentemente do seu promotor, que afetam as mesmas comunidades, recursos ou valores
- ◊ **Impactes Transfronteiriços:** quando o projeto possa vir a ter impactes significativos no ambiente de um ou mais Estados-Membros da União Europeia

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017

Medidas de Mitigação e Compensação

- ◊ **Medidas de Mitigação (Minimização):** medidas que têm como objetivo a diminuição dos efeitos dos impactes negativos sobre o Ambiente
- ◊ **Medidas de Compensação:** medidas que não produzem efeitos na diminuição dos impactes negativos sobre o ambiente, mas que podem compensar eventuais impactes não minimizáveis ou potenciar impactes positivos do projeto
- ◊ **Condicionalites:** condições impostas ao projeto de execução
- ◊ **Estudos Adicionais:** necessidade de aprofundar determinado aspeto (projeto/fator ambiental) para encontrar as melhores soluções de minimização dos impactes

Análise de Impacte Ambiental - Método II: Estudo de Impacte Ambiental
Revisão: Junho de 2017



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Avaliação de Impacte Ambiental
Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental

Rita Fernandes
Departamento de Avaliação Ambiental – Divisão de Prevenção e Pós-Avaliação


IV Congresso Internacional de Educação Ambiental
Iha do Príncipe, Julho de 2017




Temas a abordar

- Regime Jurídico e Principais Intervententes
- Âmbito da AIA
- As Grandes Etapas da AIA
 - Apreciação prévia e decisão de sujeição a AIA
 - Definição de Âmbito
 - Avaliação de Impacte Ambiental - Declaração de Impacte Ambiental
 - Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
- Natureza Jurídica das Decisões
- Pós-Avaliação – Acompanhamento do Projeto e Monitorização
- Queixas e Reclamações - Fiscalização e Sanções

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Evolução do Quadro Legal de AIA



1987: AIA é consagrada na Lei de Bases do Ambiente

1989: Portugal ratifica a Convenção de Espoo

1997: LE ratifica a Convenção de Espoo

DL 38/90 transpõe a Directiva 85/337/CEE e institui a AIA como requisito legal, definindo o respectivo procedimento administrativo

DL 69/2000 define um novo regime jurídico de AIA, tornando este instrumento vinculativo

2000: Directiva 2003/35/CE sobre participação pública


DL 157/2005 altera e republica o DL 69/2000

2005: Directiva 2001/18/CE altera a Directiva AIA

2011: Codificação da Directiva 2001/18/CE e início de um processo de revisão

DL 151-B/2013 define o actual regime jurídico de AIA, mantendo a sua natureza mas diferenciando os procedimentos


Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Principais Diplomas Legais

- Decreto-Lei n.º 151-B/2013**, de 31 de outubro, alterado pelos **Decreto-Lei n.º 47/2014**, de 24 de março e **Decreto-Lei n.º 179/2015**, de 27 de agosto
Estabelece o regime jurídico de AIA dos projetos públicos e privados sujeitos de procedimento de AIA, segundo o modelo do ambiente, transpondo a Directiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.
- Portaria n.º 395/2015**, de 4 de novembro
Estabelece requisitos técnicos formais a obedecer em alguns dos procedimentos previstos no regime jurídico de AIA.
- Portarias n.º 398/2015 e n.º 399/2015**, de 5 de novembro
Estabelecem os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais sujeitos ao regime de licenciamento técnico de Ambiente, para a atividade agrícola e para as atividades industriais ou similares a nível das freguesias de gestão de resíduos e centros termominerais, exceto centros geotérmicos, respectivamente.


Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Principais Intervententes

- Proponente** (e consultores ou equipas técnicas responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos) – responsáveis pelo projeto, EIA, RECAPE
- Entidade licenciadora ou competente para autorização do projeto**
- Autoridade de AIA (AIAA)** – Agência Portuguesa do Ambiente ou Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (da área onde o projeto se insere) – sujeição a AIA, coordenação do procedimento de AIA, nomeação da CA, participação pública, emissão DIA/DCAPE*, condução da Pós-Avaliação
- Comissão de Avaliação (CA)** (constituição variável: APA, Licenciador, CCDR, ICNE, DGPC, LNEG, outros técnicos especialistas...) – apreciação técnica e emissão de parecer
- Ministério responsável pela área do ambiente** – **Ministério do Ambiente** – emissão DIA desfavorável*
- Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território** – fiscalização e aplicação de sanções

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Âmbito da AIA

- Projetos tipificados nos anexos I e II (caso geral e área sensível) do DL 151-B/2013

Atas servem às áreas protegidas: áreas naturais, ZEC e ZEP; zonas de proteção de património classificado em nível do classificado



Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brisbane, Junho de 2017



Âmbito da AIA

Projetos tipificados nos anexos I e II (caso geral e área sensível) do DL 151-B/2013

Áreas sensíveis áreas protegidas, áreas não-natureis, ZIC e ZEP, zonas de proteção de património classificado e em via de classificação



7 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Âmbito da AIA

Projetos tipificados nos anexos I e II (caso geral e área sensível) do DL 151-B/2013

Áreas sensíveis áreas protegidas, áreas não-natureis, ZIC e ZEP, zonas de proteção de património classificado e em via de classificação



8 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Âmbito da AIA

Projetos tipificados nos anexos I e II (caso geral e área sensível) do DL 151-B/2013

Áreas sensíveis áreas protegidas, áreas não-natureis, ZIC e ZEP, zonas de proteção de património classificado e em via de classificação



9 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Âmbito da AIA

Projetos tipificados nos anexos I e II (caso geral e área sensível) do DL 151-B/2013

Áreas sensíveis áreas protegidas, áreas não-natureis, ZIC e ZEP, zonas de proteção de património classificado e em via de classificação



10 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Âmbito da AIA


Projetos do anexo II, não abrangidos pelos limiares mas considerados, por decisão da entidade licenciadora e ouvida obrigatoriamente a autoridade de AIA, como suscetíveis de provocar impacto significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza

Alterações de projetos dos anexos I e II, de acordo com alguns critérios estabelecidos no diploma

Outros projetos que em função da sua localização, dimensão ou natureza sejam considerados, por decisão conjunta do membro do Governo competente na área do projeto em razão da matéria e do membro do Governo responsável pela área do ambiente, como suscetíveis de provocar um impacto significativo no ambiente

Projetos do anexo I que se destinem exclusiva ou essencialmente a desenvolver e ensaiar novos métodos ou produtos e que não sejam utilizados durante mais de dois anos, considerados como suscetíveis de provocar impacto significativo no ambiente

Análise caso a caso - Apreciação prévia




11 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017

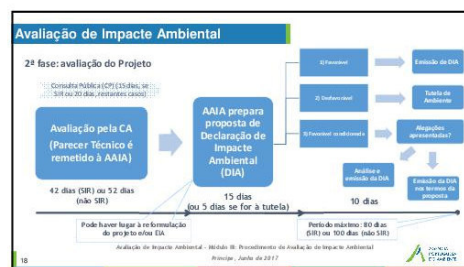
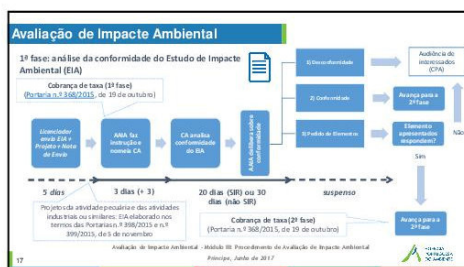
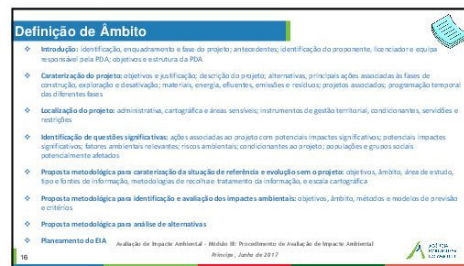
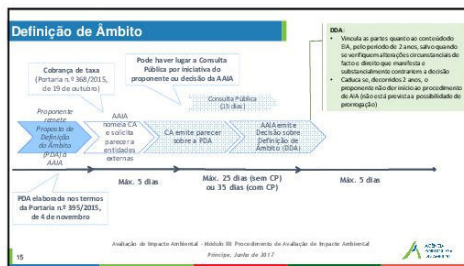
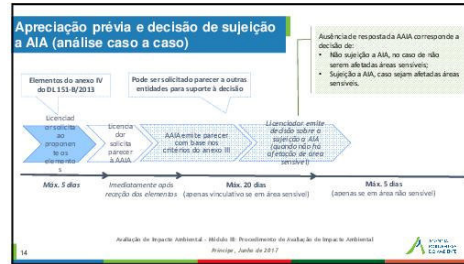
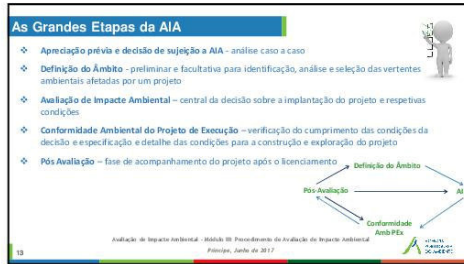
Âmbito da AIA - Exceções

Projetos destinados unicamente à defesa nacional, ou à proteção civil sempre que os membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional ou da administração interna, respetivamente, reconheçam que o procedimento de AIA tem efeitos adversos sobre os objetivos desses projetos, sem prejuízo de a aprovação e execução dos mesmos ter em consideração o respetivo impacto ambiental

Dispensa total ou parcial do procedimento de AIA: em circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e da tutela do projeto (medidas a impor no licenciamento ou na autorização do projeto com vista à minimização dos impactos ambientais)



12 Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Brasão - Junho de 2017



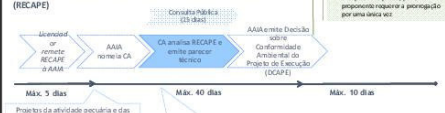
Declaração de Impacte Ambiental (DIA)

- Modelo definido na Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro
- Índice de avaliação ponderada de impactes ambientais, definido com base numa escala numérica (valor mais elevado corresponde a impactes negativos muito significativos, irreversíveis, não minimizáveis ou compensáveis)
- Adaptação à fase de desenvolvimento do projeto
 - DIA em Projeto de Execução: condições para o licenciamento, medidas de minimização e/ou compensação e programas de monitorização, para as fases de construção, exploração e desativação; caduca se decorridos 4 anos, o proponente não der início à execução do projeto
 - DIA em Estudo Prévio: condicionantes e medidas para o projeto de execução, e estudos, elementos e planos a apresentar; caduca se decorridos 4 anos, o proponente não tiver requerido a verificação da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

Projetos sujeitos a AIA em fase de estudo prévio (EP) ou anteprojecto (AP) – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE)



DCAPE:

- Emitida no prazo máximo de 10 dias úteis
- Caduca se, decorridos 4 anos, o proponente não der início à execução do projeto
- Verificando-se a necessidade de atualizar os planos, o proponente requer a permissão por uma única vez

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

- Introdução: identificação do projeto, proponente e licenciador; equipa responsável pelo projeto de execução e RECAPE; localização do projeto; objetivos e estrutura do RECAPE
- Antecedentes: procedimento de AIA e DIA (alterações, prorrogações)
- Caracterização do projeto de execução: descrição do projeto; eventuais alterações do projeto e respetiva justificação técnica; programação temporal das diferentes fases
- Conformidade do projeto de execução com a DIA: compatibilidade do projeto de execução com os instrumentos de Gestão Territorial (GT), servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes; entidades contactadas e respetivos aspetos relevantes; aprofundamento da avaliação dos impactes ambientais (alterações projeto); estudos complementares e projetos específicos; pormenorização das medidas de minimização e de compensação, e programas de monitorização; análise das questões levantadas em sede de consulta pública

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE)

- "Substitui" a DIA emitida em fase de Estudo Prévio/Anteprojecto
- Conforme, Não Conforme e Conforme Condicionada
- Condições para o licenciamento e execução do projeto: condicionantes, elementos a apresentar, medidas de minimização para as fases de construção, exploração e desativação, medidas de compensação, planos acompanhamento ambiental, recuperação paisagística e monitorização
- Caduca se, o proponente não der início à construção do projeto

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Natureza jurídica das decisões

O licenciamento ou autorização de um projeto sujeito a AIA, só pode ser emitido:

- Após a notificação da DIA, favorável ou favorável condicionada, no caso de projetos sujeitos a AIA em fase de projeto de execução, e do cumprimento das condições "antes do licenciamento"
- Após notificação da decisão favorável sobre a conformidade ambiental do projeto de execução, no caso de projetos sujeitos a AIA em fase de estudo prévio ou anteprojecto, e do cumprimento das condições "antes do licenciamento"
- Após deferimento tácito

São nulos os atos praticados com desrespeito pelo acima disposto

Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

Pós-Avaliação



Avaliação de Impacte Ambiental - Módulo III - Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental
Brasão - Junho de 2017

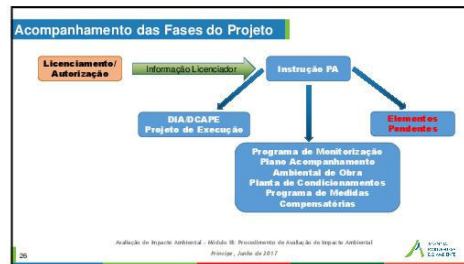
Atividades e Ferramentas da Pós-Avaliação

- ❖ **Monitorização** – análise de relatórios, parecer especialistas e emissão de pareceres finais com análise da adequação das metodologias, cumprimento dos objetivos, conclusões sobre os impactos e necessidade de medidas adicionais
- ❖ **Visitas ao Local do Projeto** – prévia, durante e no final da obra, e na exploração e desatização
- ❖ **Auditorias** – uma durante a construção e outra 3 anos após o início da exploração
 - Qualificação de Verificadores
 - Planos, Relatórios e Encontros/Formações

Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, alterada pela Portaria n.º 320/2017, de 17 de janeiro


- ❖ **Comissões de Acompanhamento Ambiental** – definidas por despacho para grandes projetos
- ❖ **Acompanhamento da Evolução da Obra** - relatórios e visitas
- ❖ **Tratamento de Queixas e reclamações**

Análise de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Parecer, Junho de 2017

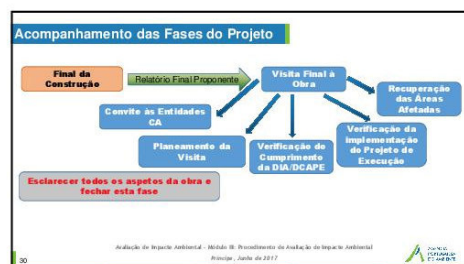
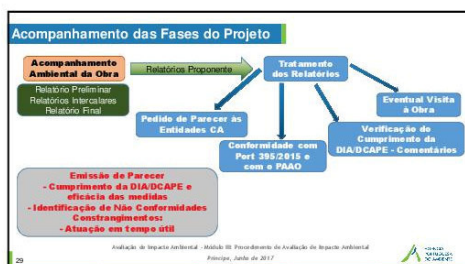


Acompanhamento das Fases do Projeto

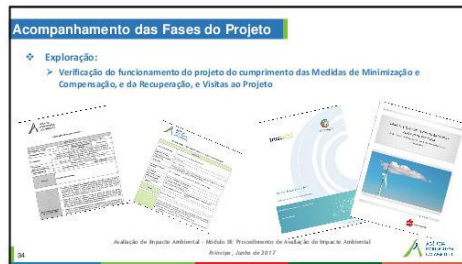
- ❖ **Construção:**
 - Verificação da implementação do Projeto de Execução e do cumprimento das Medidas de Minimização e Visitas ao Projeto



Análise de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Parecer, Junho de 2017



24/07/2017



6

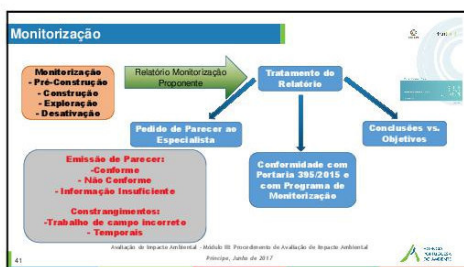


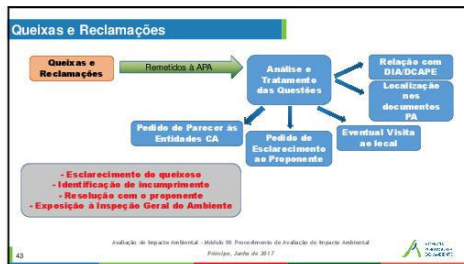
Acompanhamento das Fases do Projeto

- ❖ Desativação – remoção do projeto total ou parcial, ou reformulação do projeto
 - Cumprimento da DIA/DECAPE – de finalização e adequação das ações
 - Acompanhamento

30

Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Pontevedra, Junho de 2017





Fiscalização e Sanções

Fiscalização e respetivo sancionamento são da competência da Inspeção Geral do Ambiente, do Mar e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) (outras entidades têm o dever de dar notícia)

Contraordenações definidas nos termos da lei-quadro das contraordenações ambientais:

- ❖ Muito Graves: execução, total ou parcial, de projetos sujeitos a AIA sem que tenha sido emitida decisão ou com decisão caducada;
- ❖ Graves: não cumprimento do conteúdo das decisões; não cumprimento das medidas adicionais impostas pela autoridade de AIA no âmbito da pós-avaliação; não realização das auditorias impostas;
- ❖ Leves: falta de envio dos relatórios de monitorização e dos dados sobre o projeto.

Possibilidade de:

- ❖ Apreensão: castigar e sanções acessórias
- ❖ Repetição da situação anterior à infração
- ❖ Adoção de medidas compensatórias.


Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Princípios, Junho de 2017

- ### Notas Finais
- ❖ Balanço positivo das várias décadas de AIA
 - ❖ AIA – um Instrumento eficaz para a ponderação dos impactos ambientais numa fase preliminar do processo de tomada de decisão
 - ❖ AIA – um contributo para a promoção da sustentabilidade, através da melhoria da conceção dos projetos
 - ❖ AIA – um palco privilegiado para a participação pública no processo de tomada de decisão, garantindo mais transparência e favorecendo a aceitação social do projeto
 - ❖ Pós-Avaliação – o conhecimento dos impactos reais do projeto
 - ❖ Pós-Avaliação – dados para o melhoramento do procedimento de AIA e das respetivas decisões
 - ❖ Contribuição para um ambiente melhor
 - ❖ Guias de AIA - <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146&sub2ref=673>
- Avaliação de Impacto Ambiental - Módulo III: Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental
Princípios, Junho de 2017



ANEXO III

Comunicações orais



Estratégia Nacional de Educação Ambiental

Agência Portuguesa do Ambiente / Divisão de Cidadania Ambiental


20 de julho de 2017



Declaração do Ambiente, Estocolmo, 1972

“É essencial ministrar o ensino, em matérias de Ambiente, à juventude assim como aos adultos, tendo em devida consideração os menos favorecidos, com o fim de criar as bases que permitam esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, às empresas e às coletividades o sentido das suas responsabilidades no que respeita à proteção e melhoria do Ambiente, em toda a sua dimensão humana.”


20 de julho de 2017



Dimensões da EA, Tbilissi, 1977

| | |
|---|--|
| Participação Contínua | Intervenção crítica, responsável e permanente |
| Consciência Atitudes | conhecer e traduzir dinâmicas |
| Sensibilidade Informação Competências Motivação | <ul style="list-style-type: none"> considerar, inscrever e conhecer conteúdos; usar meios afetivo-cognitivo-gonocemotivos; potenciar aprendizagem e ação. |

20 de julho de 2017



Cooperação Institucional

Os Ministérios da Educação e do Ambiente convergem esforços desde 1996 para o desenvolvimento e acompanhamento de Projetos de Educação Ambiental.

- Promover e incentivar a EA.
- Incluir conhecimentos e conceitos ambientais.
- Apoiar a realização de projetos escolares.
- Estimular a criação de redes de escolas.
- Estimular a conceção de materiais de apoio.
- Promover a formação de docentes.

Protocolo de Cooperação entre as tutelas da Educação e do Ambiente

rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos das ONCA

20 de julho de 2017




Compromisso ENEA2020



Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.

20 de julho de 2017



Princípios

- Educar tendo em conta Experiência Internacional
- Educar tendo em conta Experiência Nacional
- Educar para a capacitação da sociedade face aos desafios ambientais
- Educar para a Sustentabilidade
- Educar para uma Cidadania Interventiva

20 de julho de 2017

24/07/2017

Elxos Temáticos

Privilegiar um trabalho temático e transversal capaz de garantir os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do Ambiente, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Descarbonizar a Sociedade

Tornar a Economia Circular

Valorizar o Território

ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

Elxos Temáticos

Descarbonizar a Sociedade

- Clima
- Eficiência energética
- Mobilidade Sustentável



ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

Elxos Temáticos

Tornar a Economia Circular

- Desmaterialização, economia colaborativa e consumo sustentável
- Conceção de produtos e uso eficiente de recursos
- Valorização de Resíduos



ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

Elxos Temáticos

Valorizar o Território

- Ordenamento do Território
- Mar e Litoral
- Água
- Valores Naturais
- Paisagem
- Ar e Ruído



ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

Agentes de EA

- Estabelecimentos de Ensino
- Equipamentos de Educação Ambiental
- Áreas Classificadas
- Administração Central/Regional/Local
- Empresas
- ONGA



ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

Recursos Financeiros

- **Fundo Ambiental**
 - 2017 - Dotação de 1,5 milhões de euros.
 - 2018-2020 - Anualmente nunca inferior a 1 milhão de euros.
- **POSEUR**
 - Abertura de avisos específicos com uma dotação prevista de 12 milhões de euros (2017-2020).
- **Fundo Ambiental e POSEUR** - Os investimentos no domínio ambiental irão destinar uma percentagem do valor total de investimento a ações imateriais associadas à educação ambiental.

€

ENEA 2020 estratégia nacional para o ambiente

20 de julho de 2017

2

24/07/2017

Roteiro Metodológico

| Ações | Objetivo | Prazo previsto |
|---|--|-------------------------|
| Lançamento Público "O caminho para um Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020" | Iniciar o processo participativo, garantido a construção de um compromisso nacional. | dezembro 2016 |
| Roadshow por Portugal Continental | Conduzir procedimentos de participação desconcentrados para uma participação ativa e eficaz dos cidadãos e das instituições. | janeiro 2017 |
| Proposta de ENEA 2020 | Redação da proposta de ENEA 2020, considerando os contributos da fase de participação pública. | janeiro a maio 2017 |
| Consulta Pública | Recolha de opiniões, sugestões e outros contributos dos interessados à proposta de ENEA 2020. | 13 abril a 24 maio 2017 |
| Consolidação de ENEA 2020 | Análise e integração dos resultados da Consulta Pública. | maio 2017 |
| Aprovação e Publicação | Aprovação e publicação de ENEA. | junho e julho 2017 |

Participação Pública



Obrigado





**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

DEMOCRACIA AMBIENTAL

Augusta Semedo
Chefe da Divisão de Cidadania Ambiental

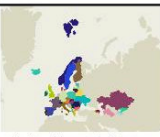
Convenção de Aarhus



Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente

Convenção de Aarhus

- Foi adotada em 25 de Junho de 1998, na cidade dinamarquesa de Aarhus, durante a 4ª Conferência Ministerial "Ambiente para a Europa".
- Entrou em vigor em 30 de Outubro de 2001, após ter sido concluído o processo de ratificação por 16 países membros da CEE/ONU e pela União Europeia.
- Portugal assinou a Convenção de Aarhus em 1998 e ratificou-a em 2003.
- Atualmente a Convenção conta com 47 signatários (46 países + EU)



Convenção de Aarhus – Três Pilares



Convenção de Aarhus

Acesso à Informação | Participação do público | Acesso à Justiça

Em matéria de AMBIENTE



Convenção de Aarhus

- A Convenção introduz um novo acordo ambiental entre as autoridades públicas e o público.
- Constituídos cinco grupos de trabalho cobrindo os seguintes tópicos: cumprimento, registos de libertação e transferência de poluentes (PRTR – sobre o qual foi estabelecido um Protocolo específico), organismos geneticamente modificados, ferramentas de informação eletrónica e acesso à justiça.
- Elaboração de relatórios de implementação trienais, para acompanhar a reunião das Partes da Convenção.

Convenção de Aarhus – Princípio 10 da Declaração do Rio

Pode afirmar-se que esta Convenção deriva e é uma resposta ao **Princípio 10 da Declaração do Rio (CNUAD 92)**


"As questões ambientais são melhor tratadas com a participação, ao nível apropriado, de todos os cidadãos implicados..."

Aarhus voltou ao Rio - 2012





Convenção de Aarhus – Acesso à Informação

- Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos
 - Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto
- 
 Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
 - Entidade administrativa independente, que funciona junto da Assembleia da República e a quem cabe zelar pelo cumprimento das disposições da Lei

Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto

- Mudança de paradigma no que se refere à disponibilização de informação administrativa, concretizando-se a passagem de uma postura reativa (traduzida na prestação de informação mediante solicitação do particular) para uma postura proactiva (através da divulgação online da informação disponível), atendendo o particular nos termos em que entender
- Enunciação expressa mais ampla do âmbito subjetivo de aplicação da lei (Acreditada a referência aos órgãos de soberania, às associações e fundações de direito privado e às empresas metropolitanas)
- Maior responsabilidade e mais competências para o “Responsável pelo Acesso”
- A reutilização de documentos disponibilizados através da internet não depende de autorização da entidade que os detém e consagra-se o princípio da reutilização gratuita dos documentos disponibilizados na internet ou para fins educativos ou de investigação e desenvolvimento

Convenção de Aarhus – Acesso à Informação



rea.apambiente.pt ambiente PORTUGAL


Convenção de Aarhus – Participação do Público

- Código do Procedimento Administrativo
- Avaliação de Impacte Ambiental
- Avaliação Ambiental de Planos e Programas
- Licenciamento Ambiental
- Recursos Hídricos – Lei da Água
- IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
- Outros



PARTICIPA

Convenção de Aarhus – Acesso à Justiça



Constituição da República Portuguesa
n.º 3 do Artigo 52º

Lei de Direito de Participação Procedimental e de Ação Popular
Lei n.º 89/95, de 31 de Agosto

CPA – Código do procedimento Administrativo
Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos

CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos

Todos os regimes ambientais preveem expressamente este direito

→ preveem mecanismos bem claros nesta área




AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

REPÚBLICA PORTUGUESA

apambiente.pt

24/07/2017



Registo Nacional das ONGA e Equiparadas

Augusta Semano
Chefe do Serviço de Cidadania Ambiental

Organização Não Governamental de Ambiente

Definição - Artigo 2.º da Lei n.º 35/98 de 18 de Julho

Entende-se por ONGA as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem exclusivamente a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como da conservação da Natureza.

São ainda consideradas ONGA as associações que resultem do agrupamento de várias ONGA.

Podem ser Equiparadas a ONGA outras associações, nomeadamente socioprofissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos, para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza.



Organização Não Governamental de Ambiente

Antecedentes

Desde 1987 (Lei nº 10/87, de 4 de abril - Lei das associações de defesa do ambiente) o ordenamento jurídico português prevê um enquadramento legal para a intervenção e o apoio às associações de ambiente.

Com a Lei das ONGA (Lei n.º 35/98) a introdução do conceito de Organização Não Governamental de Ambiente - ONGA no nosso ordenamento jurídico vem substituir o anterior conceito de associação de defesa do ambiente - ADA, dando resposta à evolução verificada no direito internacional e conferindo uma renovada eficácia à ação destas associações.

Registo Nacional das ONGA e Equiparadas

RNOE

O Registo Nacional das ONGA e Equiparadas (RNOE) está organizado nos termos da Lei n.º 35/98, de 18 de julho, que define o estatuto das ONGA, e da Portaria n.º 478/99, de 29 de junho, que aprova o Regulamento do Registo Nacional, alterada pelas Portarias n.º 71/2009, de 20 de janeiro, e n.º 771/2009, de 20 de julho.

Todas as organizações não-governamentais de ambiente constituídas legalmente podem solicitar a inscrição no RNOE, gerido atualmente pela Agência Portuguesa do Ambiente, que instrui o processo e emite a decisão final.


Registo Nacional das ONGA e Equiparadas

Atribuição de Âmbito

NACIONAL
Desenvolve com caráter regular e permanente atividades de interesse nacional em todo o território nacional.
Pelo menos 2000 associados.

REGIONAL
Desenvolve atividades com alcance supra municipal.
Pelo menos 400 associados.

LOCAL
Desenvolve atividades com alcance geográfico municipal e inframunicipal.
Pelo menos 100 associados.



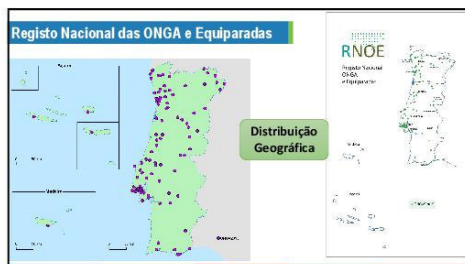
Registo Nacional das ONGA e Equiparadas

ONGA registadas: 107
de janeiro de 2016

- 10 âmbito NACIONAL
- 14 âmbito REGIONAL
- 24 âmbito LOCAL
- 25 Sem atribuição
- 34 EQUIPARADAS

As ONGA desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da promoção, proteção, sensibilização e valorização do ambiente, desenvolvendo ações de interesse público.

24/07/2017



Registo Nacional das ONGA e Equiparadas – Consignação Fiscal

Ao abrigo da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de Dezembro, as ONGA podem usufruir de uma cota de 0,5% do IRS.



- Ter estatuto de ONGA;
- Ter sido reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública;
- Requerer à Autoridade Tributária e Aduaneira o respetivo benefício fiscal até 31 de dezembro do ano fiscal anterior.

Registo Nacional das ONGA e Equiparadas – Plataforma Digital



Registo Nacional das ONGA e Equiparadas


Registo Nacional das ONGA e Equiparadas – Plataforma Digital



Registo Nacional das ONGA e Equiparadas



2



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

PORTAL PARTICIPA.PT

Augusto Semedo
Chefe de Divisão de Cidadania Ambiental

Participação Pública - Importância

- Melhor conhecimento da realidade local, em termos ambientais, económicos e sociais;
- Melhor comparação de alternativas;
- Redução da resistência à mudança e de possíveis conflitos;
- Meio de obter consensualidade social, benéfico à compatibilização entre a defesa do ambiente e o desenvolvimento económico e social;
- Estimulo ao envolvimento local em iniciativas e projetos que dependem de uma reação positiva da população;
- Associação do público ao processo de decisão, responsabilizando indivíduos, grupos sociais e organizações.

Participação Pública - Importância

Resumindo:

- Tem um papel essencial no compromisso dos cidadãos nas decisões, tornando-as mais robustas e menos contestadas;
- Permite integrar os "excluídos" nos processos de decisão;
- Integra e articula vários tipos de conhecimentos (técnicos, locais, regionais, setoriais, etc)
- Permite ajustes aos projetos/planos desde fases iniciais;
- Melhora a qualidade/eficiência dos processos de decisão – contribui para soluções mais fundamentadas melhorando a aceitação das mesmas, facilitando a sua implementação.

Participação Pública – Os Mitos

Importância de quebrar mitos associados à participação

O Público muitas vezes sente que não importa participar pois já está tudo decidido, que a sua opinião não conta, ou que não tem os conhecimentos técnicos para participar.

Do lado da Administração, projetistas/consultores e proponentes, muitas vezes consideram que :

- as pessoas não sabem participar;
- a participação retira poder aos políticos;
- a participação alargada cria entropia;
- as pessoas controversas devem ser excluídas da participação;
- todos devem participar em tudo.

Participação Pública – Os Mitos

Importância de quebrar mitos associados à participação

O Público muitas vezes sente que não importa participar pois já está tudo decidido, que a sua opinião não conta, ou que não tem os conhecimentos técnicos para participar.

Do lado da Administração, projetistas/consultores e proponentes, muitas vezes consideram que :

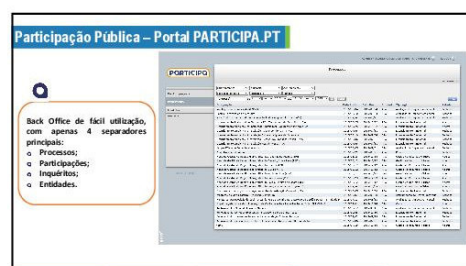
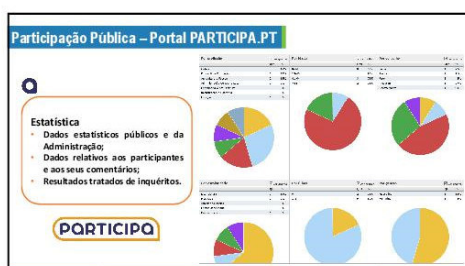
- as pessoas não sabem participar;
- a participação retira poder aos políticos;
- a participação alargada cria entropia;
- as pessoas controversas devem ser excluídas da participação;
- todos devem participar em tudo.

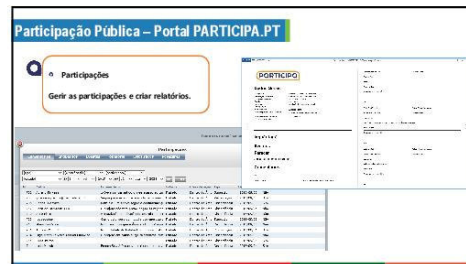
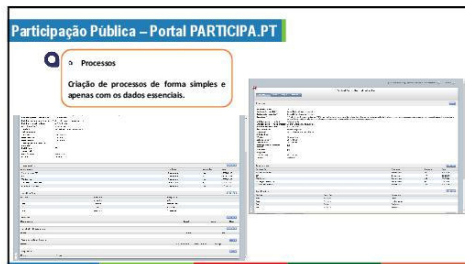
Participação Pública – Portal PARTICIPA.PT

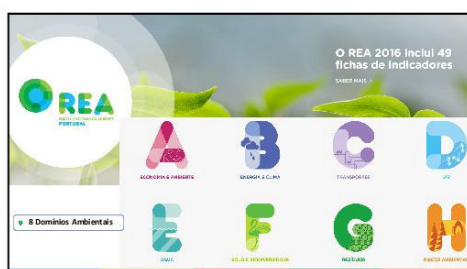
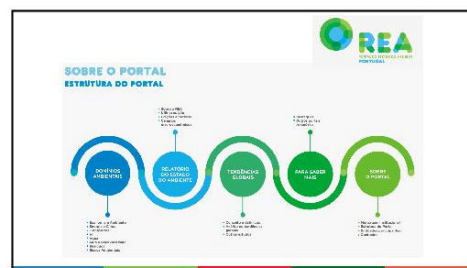
O Participa tem por **objetivos:**

- Facilitar o acesso dos cidadãos e interessados nos processos de consulta;
- Incentivar a participação informada;
- Melhorar a eficiência na gestão dos processos.

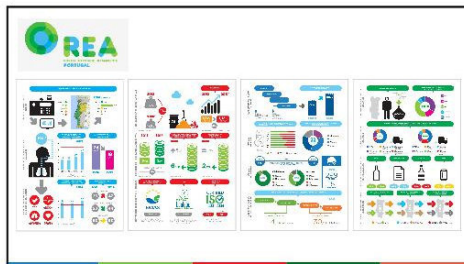
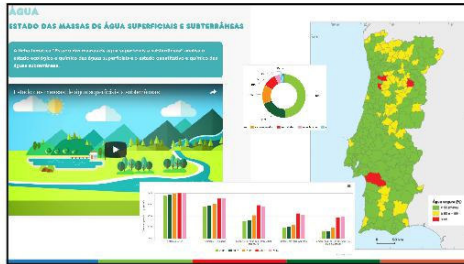








| A | B | C | D | E | F | G | H |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ECONOMIA E O AMBIENTE | QUALIDADE DO AR | CLIMA | RUIZ | SUADE | RIOS E ECOSISTEMAS | ÁGUA DOCE | RESCIS AMBIENTAIS |
| <ul style="list-style-type: none"> Indicador 1.1: Valor acrescentado bruto Indicador 1.2: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.3: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.4: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.5: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.6: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.7: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.8: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.9: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia Indicador 1.10: Valor acrescentado bruto por unidade de consumo de energia | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 2.1: Índice de qualidade do ar Indicador 2.2: Índice de qualidade do ar Indicador 2.3: Índice de qualidade do ar Indicador 2.4: Índice de qualidade do ar Indicador 2.5: Índice de qualidade do ar Indicador 2.6: Índice de qualidade do ar Indicador 2.7: Índice de qualidade do ar Indicador 2.8: Índice de qualidade do ar Indicador 2.9: Índice de qualidade do ar Indicador 2.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 3.1: Índice de qualidade do ar Indicador 3.2: Índice de qualidade do ar Indicador 3.3: Índice de qualidade do ar Indicador 3.4: Índice de qualidade do ar Indicador 3.5: Índice de qualidade do ar Indicador 3.6: Índice de qualidade do ar Indicador 3.7: Índice de qualidade do ar Indicador 3.8: Índice de qualidade do ar Indicador 3.9: Índice de qualidade do ar Indicador 3.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 4.1: Índice de qualidade do ar Indicador 4.2: Índice de qualidade do ar Indicador 4.3: Índice de qualidade do ar Indicador 4.4: Índice de qualidade do ar Indicador 4.5: Índice de qualidade do ar Indicador 4.6: Índice de qualidade do ar Indicador 4.7: Índice de qualidade do ar Indicador 4.8: Índice de qualidade do ar Indicador 4.9: Índice de qualidade do ar Indicador 4.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 5.1: Índice de qualidade do ar Indicador 5.2: Índice de qualidade do ar Indicador 5.3: Índice de qualidade do ar Indicador 5.4: Índice de qualidade do ar Indicador 5.5: Índice de qualidade do ar Indicador 5.6: Índice de qualidade do ar Indicador 5.7: Índice de qualidade do ar Indicador 5.8: Índice de qualidade do ar Indicador 5.9: Índice de qualidade do ar Indicador 5.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 6.1: Índice de qualidade do ar Indicador 6.2: Índice de qualidade do ar Indicador 6.3: Índice de qualidade do ar Indicador 6.4: Índice de qualidade do ar Indicador 6.5: Índice de qualidade do ar Indicador 6.6: Índice de qualidade do ar Indicador 6.7: Índice de qualidade do ar Indicador 6.8: Índice de qualidade do ar Indicador 6.9: Índice de qualidade do ar Indicador 6.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 7.1: Índice de qualidade do ar Indicador 7.2: Índice de qualidade do ar Indicador 7.3: Índice de qualidade do ar Indicador 7.4: Índice de qualidade do ar Indicador 7.5: Índice de qualidade do ar Indicador 7.6: Índice de qualidade do ar Indicador 7.7: Índice de qualidade do ar Indicador 7.8: Índice de qualidade do ar Indicador 7.9: Índice de qualidade do ar Indicador 7.10: Índice de qualidade do ar | <ul style="list-style-type: none"> Indicador 8.1: Índice de qualidade do ar Indicador 8.2: Índice de qualidade do ar Indicador 8.3: Índice de qualidade do ar Indicador 8.4: Índice de qualidade do ar Indicador 8.5: Índice de qualidade do ar Indicador 8.6: Índice de qualidade do ar Indicador 8.7: Índice de qualidade do ar Indicador 8.8: Índice de qualidade do ar Indicador 8.9: Índice de qualidade do ar Indicador 8.10: Índice de qualidade do ar |



apambiente.pt

Rua da Murgueira, 9
Bairro Zambujal
Alfragide
2610-124 Amadora
geral@apambiente.pt



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE